



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 32

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 7 de setembro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, foram apresentados diversos votos de congratulação, protesto e de pesar. A saber:

- [Voto de Congratulação pela «eleição da Fajã dos Cubres como uma das 7 maravilhas de Portugal – Aldeias, sendo a vencedora na categoria de “Aldeias de Mar”»](#), subscrito por todos os partidos e representações parlamentares.

Após a leitura do voto pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pela «vitória no campeonato de Portugal de Parapente de clubes, vencido pelo Clube Asas de São Miguel»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), seguindo-se a votação registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação «pelos resultados alcançados pelo Clube Asas de São Miguel no campeonato nacional de parapente»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, aprovado também por unanimidade, após a sua apresentação feita pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*).

- [Voto de Congratulação «pela conquista do título de Campeão de Portugal na modalidade de parapente pelo Clube Asas de São Miguel»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O presente voto foi aprovado por unanimidade não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*) para fazer a respetiva apresentação.

- [Voto de Congratulação «pelo serviço de socorros e emergência prestado pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários nos Aeroportos dos Açores, geridos pela SATA Aeródromos e pela ANA SA»](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*) e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Submetido à votação o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação «pelo resultado alcançado por Miguel Viola nas Olimpíadas Internacionais de Ciências da Terra, em representação de Portugal»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra as Sras. Deputadas Maria João Carreiro (*PSD*), para fazer a leitura do respeito voto, e Sónia Nicolau (*PS*).

Colocado à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo «Quinto centenário da Igreja da Matriz da Praia da Vitória»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A apresentação do voto esteve a cargo da Sra. Deputada Maria Fátima Ferreira (*PS*), tendo, de seguida, participado no debate o Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo «25 anos do Festival de Folclore Internacional da Relva»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a sua leitura pela Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*), o voto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos «vinte e cinco anos do grande Festival de Folclore da Relva – Mostra Folclórica do Atlântico»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o voto pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação «pela medalha de ouro na prova internacional de manobras dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação à Corporação dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande pelas marcas alcançadas no recente Concurso Internacional de Manobras](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação deste voto esteve a cargo do Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a votação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação «à atleta Ana Margarida Filipe pelos resultados alcançados»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado António Toste Parreira (*PS*), tendo sido posteriormente colocado à votação e aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação «à atleta Ana Margarida Filipe, pelos resultados de excelência recentemente alcançados, nomeadamente Medalha de prata no campeonato Mundial de Juniores IPC, e Medalha de Bronze no Campeonato do Mundo de Atletismo IPC»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lido o voto pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pela «atribuição do “Selo de Qualidade em Voluntariado Join4Change” à Casa de Saúde do Espírito Santo, na Ilha Terceira»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto esteve a cargo do Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), tendo de seguida participado no debate a Deputada Mónica Seidi (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação «pela obtenção pelo Clube União Micaelense do reconhecimento de Entidade Formadora Certificada pela Federação Portuguesa de Futebol»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*) e a intervenção do Deputado André Bradford (*PS*), passou-se à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação «pelo título de Campeão do Mundo em Trauma alçado por bombeiros da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto esteve a cargo da Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação «pelo título de campeã mundial no Campeonato Mundial de Trauma e Desencarceramento 2017»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*) passou-se à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelas medalhas e títulos, nacionais e internacionais, conquistados pelos atletas e pelo Clube de Atletismo Juventude Ilha Verde](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto esteve a cargo da Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), tendo, de seguida, participado no debate o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação «pelos resultados obtidos pelos atletas Nicole Silva, Rodrigo Coelho e Daniel Moniz no Campeonato Nacional de Patinagem Artística»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*) e a intervenção do Deputado Pedro Moura (*PS*), passou-se à sua votação, tendo o voto sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento de Albano Salvador de Almeida»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Lido o voto pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento de Albano Salvador de Almeida»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a leitura do voto pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento do escritor Mário Cabral»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a sua leitura pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, não sem antes ter proferido uma intervenção a Sra. Deputada Isabel Quinto (*PS*).

- [Voto de Pesar «pelo falecimento do escritor Mário Cabral»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento do Catedrático Professor Doutor Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto esteve a cargo da Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), tendo de seguida participado no debate o Sr. Deputado José Contente (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento Dr. Francisco Luís de Sequeira Sampaio da Nóvoa»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia (*PS*), o mesmo foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento Dr. Francisco Luís de Sequeira Sampaio da Nóvoa»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi apresentado pelo Deputado Luís Maurício (*PSD*).

Colocado à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento de Edmundo Raposo Lima»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto esteve a cargo do Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*), tendo sido posteriormente aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento de Edmundo Raposo Lima»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Novamente apresentado pelo Deputado Luís Maurício (*PSD*), o voto em apreço foi aprovado por unanimidade, aquando da sua apreciação por parte da câmara.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento Dr. Adelino Dinis Dias»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Domingos Cunha (*PS*) e a intervenção Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), passou-se à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar «pelo falecimento Dr. Adelino Dinis Dias»](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto supracitado foi apresentado pelo Deputado Luís Maurício (*PSD*), seguindo a sua votação que registou a aprovação por unanimidade por parte da câmara.

Posteriormente entrou-se na Agenda da Reunião que se iniciou com a [Apresentação do Projeto de Resolução n.º 51/XI – “Construção de um refeitório e fornecimento de refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”](#), pela Representação Parlamentar do PPM.

Feita a apresentação do Projeto por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*) e André Bradford (*PS*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

De seguida, prosseguiu o debate iniciado no dia anterior sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XI – “Promove a igualdade de género na atribuição de prémios em competições desportivas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Assim, usaram da palavra as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Mónica Seidi (*PSD*), Graça Silva (*PS*), o Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto as Sras. Deputadas Mónica Seidi (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados João Paulo Ávila (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se o debate da [Proposta de Resolução n.º 6/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018”](#), apresentada pela Mesa da ALRAA.

Após a abordagem feita pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), André Bradford (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Posteriormente foi apresentado e debatido o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio – Regime jurídico da gestão dos imóveis do domínio privado da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), Ricardo Ramalho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação o Projeto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Bruno Belo (*PSD*).

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 48/XI – “Resolve recomendar ao Governo Regional, na qualidade de único acionista do Grupo SATA, que dê orientações específicas à Azores Airlines, no sentido de impedir a concretização da decisão unilateral de acabar com a rota Terceira-Porto-Terceira, em outubro de 2017”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP;

Justificada a urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Artur Lima (CDS-PP), proferiram intervenções as Sras. Deputadas Mónica Rocha (PS), Zuraída Soares (BE), Mónica Seidi (PSD) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (PPM).

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (CDS-PP), Paulo Estêvão (PPM) e a Sra. Deputada Mónica Rocha (PS).

Por fim foi aprovada por maioria a **Proposta de Deliberação Final em que «a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro».**

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (PCP).

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 25 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros Faria e **Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
João Paulo Lopes Araújo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata Correia **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Conforme pude informar ontem, a nossa manhã de hoje será dedicada ao PTAP.

Vamos começar pela apresentação e votação dos votos. O primeiro será lido por mim, conforme foi deliberado por todos os líderes parlamentares.

Voto de Congratulação

Eleição da Fajã dos Cubres como uma das 7 maravilhas de Portugal – Aldeias, sendo a vencedora na categoria de “Aldeias de Mar”

A ilha de S. Jorge e as suas mais de setenta Fajãs, pequenos nacos de terra junto ao mar que tiveram origem em deslizamentos de terras ou escoadas de lava, constituem um património natural e cultural único no contexto da Região, com enorme potencial de projeção no exterior e de geração de riqueza.

Este património deve ser potenciado, enquanto elemento incontornável da animação e da promoção turística da Região como destino de natureza. De

salientar os variados trilhos pedestres que encantam a maioria dos turistas que nos visitam e que invariavelmente começam ou acabam nas Fajãs.

A vivência nas fajãs é o reflexo da relação de séculos entre o Homem e estes singulares territórios, onde a diversificação agrícola praticada nas fajãs permitiu alimentar milhares de famílias, numa verdadeira agricultura biológica, adaptada à irregularidade e à qualidade dos terrenos.

Todos os Jorgenses guardam na sua memória um carinho especial pelas suas fajãs.

As silhuetas das escarpas alcantiladas cobertas de verdes luxuriantes, as cascatas de água cristalina que escorre do sólido e negro basalto, mantêm-se gravadas na memória dos jorgenses que partiram para a diáspora e incentivam os filhos e netos a voltarem à ilha para ouvir o murmurar das ondas no calhau rolado, sentir o cheiro a maresia, degustar as aguardentes e licores, participar nas festas e vindimas tradicionais.

Desde março de 2016 as Fajãs de S. Jorge passaram a integrar a Reserva da Biosfera da Unesco, entre elas se encontra a Fajã dos Cubres que já era detentora do estatuto de Zona Húmida de importância Internacional e já estava integrada na Rede Natura 2000.

Uma das mais visitadas, a Fajã dos Cubres, nome que deriva do “cubre”, planta de pequenas flores amarelas que abunda naquele local, caracteriza-se pelo seu sistema lagunar único, uma fauna e flora classificadas e protegidas e um habitat ímpar de aves aquáticas.

A fajã é ainda constituída por pequenas casas, como se de um presépio se tratasse, com a sua Ermida de Nossa Senhora de Lurdes, datada de 1908 e poço de maré adjacente.

A candidatura por parte do Município da Calheta e a consequente eleição da Fajã dos Cubres na ilha de São Jorge, como uma das Sete Maravilhas de Portugal – Aldeias, na “categoria de aldeias do mar” é um contributo

promocional importante associado ao desenvolvimento turístico que se expande na Região e na ilha de S. Jorge.

A grande participação na votação desta eleição demonstrou que todos quantos conhecem a Fajã dos Cubres compreendem e valorizam o efetivo valor social e económico do nosso património natural e cultural.

Esta classificação representa mais um reconhecimento da riqueza única das Fajãs, reforça a importância da sua preservação como nosso património natural e cultural e constitui mais um contributo para o desenvolvimento económico e turístico, daquela Freguesia, daquele Concelho e da nossa Ilha.

Assim, os Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE e as Representações Parlamentares do PCP e PPM ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pela eleição da Fajã dos Cubres na Ilha de S. Jorge como uma das 7 Maravilhas de Portugal – Aldeias, sendo a vencedora na categoria “aldeias de mar”.

A presente congratulação deve ser comunicada às Assembleias e Câmaras Municipais de Velas e Calheta, ao Conselho de Ilha de S. Jorge e às Juntas de Freguesia de S. Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2017

Os Deputados Regionais: André Bradford, Duarte Freitas, Artur Lima, Zuraida Soares, João Paulo Corvelo e Paulo Estevão

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PS e refere-se à vitória no Campeonato de Portugal de Parapente de Clubes vencido pelo Clube Asas de São Miguel.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

pela vitória no campeonato de Portugal de Parapente de clubes vencido pelo Clube Asas de São Miguel.

O Clube Asas de São Miguel, no ano em que comemora 20 anos de existência, sagrou-se Campeão Nacional de Parapente de clubes, em Castelo de Vide e em Montalegre.

Associação Regional sem fins lucrativos, fomentadora de uma visão de sustentabilidade e respeito pela natureza e defensora da prática desportiva, do espírito de equipa, companheirismo, solidariedade e cidadania ativa. É membro da Federação Portuguesa de Voo Livre e da Federação Portuguesa de Aeronáutica.

Promotores do Festival de Parapente dos Açores, festival este que teve o seu início em 1993, são os principais responsáveis pelo reconhecimento nacional e internacional da qualidade que o evento tem e que é prova disso a participação de grandes figuras mundiais da modalidade.

Já no ano passado os pilotos da equipa de Ponta Delgada atingiram a segunda posição.

O Campeonato Nacional de Parapente teve duas etapas muito disputadas. Uma disputada em junho onde o Clube Asas de São Miguel liderou a classificação coletiva durante os dois primeiros dias de prova.

A nível individual, Paulo Silva também terminou no 2.º lugar, lançando a candidatura ao título nacional absoluto individual. Já Pedro Perpétuo terminou no 3.º lugar da categoria Sport.

A segunda e última etapa do Campeonato Nacional de Parapente 2017, também Pré-Europeu de Parapente, na preparação do Campeonato Europeu de 2018, que será disputado em Portugal, foi disputado em Montalegre.

Aqui a motivação dos açorianos foi decisiva para o primeiro título coletivo. Após mais 5 mangas competitivas a equipa açoriana atingiu o primeiro lugar de Clubes.

A nível individual, os pilotos do Clube Asas de São Miguel também conquistaram resultados de relevo. Paulo Silva alcançou a vitória na 2.ª etapa e venceu o Campeonato Nacional absoluto e Pedro Perpétuo venceu a 2.ª etapa e sagrou-se campeão nacional da classe Sport. José António Câmara conquistou o 2.º lugar do pódio da categoria Sport, na 2.ª etapa. Ricardo Rodrigues conseguiu o 3.º lugar do pódio da 2.ª etapa e 3.º lugar da classe Master e também o 4.º lugar da geral no Campeonato Nacional.

Outros pilotos que contribuíram para o título coletivo foram João Brum, Gil Navalho, Paulo Nunes e Hugo Sousa.

Embora o título de campeão nacional na Categoria OPEN já tivesse sido ganho pelo clube por 3 vezes pelo piloto Gil Navalho, foi a primeira vez que o Clube Asas de São Miguel ganhou tudo o que podia ganhar.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube Asas de São Miguel e aos atletas premiados.

Horta, 07 setembro de 2017

Os Deputados: João Paulo Ávila e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente à consagração do Clube Asas de São Miguel, como Campeão Nacional no Campeonato Nacional de Parapente, temos agora um Voto de Congratulação apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

CLUBE ASAS DE SÃO MIGUEL SAGRA-SE CAMPEÃO NACIONAL NO CAMPENONATO NACIONAL DE PARAPENTE

No ano em que comemora 20 anos, o Clube Asas de São Miguel sagra-se Campeão Nacional por Clubes, na segunda prova do Campeonato Nacional de Parapente, que decorreu de 22 a 29 de julho em Montalegre.

Na categoria individual, o piloto Paulo Silva, também piloto deste Clube, sempre nos lugares cimeiros em todas as mangas voadas, leva para casa pela primeira vez o título de campeão nacional.

O Clube Asas de São Miguel, fundado em 1997, assente numa política de fomento de sustentabilidade e respeito pela Natureza, sempre defendeu, entre outros, os valores de desportivismo, espírito de equipa e solidariedade.

Assente na promoção e defesa de uma melhor ocupação dos tempos livres como vetor indissipável de bem-estar dos seus associados e familiares, o Clube promove a prática de atividades culturais e recreativas e/ou desportivas, como por exemplo o voo livre, com ou sem motor. No conjunto das atividades desenvolvidas, assume particular relevo a promoção do Festival de Parapente dos Açores, que desde a sua primeira edição, assume-se como um encontro de amigos, onde é possível aos familiares e acompanhantes dos praticantes participarem nas várias atividades e envolverem-se com a realidade da ilha. O Festival já conta com 23 edições, contando com a presença de mais de uma centena de pilotos nacionais e internacionais, que ao longo de uma semana trocam experiências nos melhores spots de São Miguel.

Com a evolução da modalidade e a progressão técnica dos seus sócios, a participação em competições foi assumindo maior relevância na atividade do Clube e já muitos troféus foram trazidos para os Açores. No Campeonato Nacional de Parapente, o clube não deu qualquer hipótese aos adversários e, pela primeira vez, arrecada o título, seja a nível coletivo, seja a nível individual. O desempenho deste clube associativo é motivo de satisfação para a nossa Região, não só pelos resultados alcançados no Campeonato Nacional, como também pela promoção do Festival de Parapente dos Açores, cuja visibilidade tem aumentado progressivamente a nível nacional e internacional, projetando os Açores como um destino singular para a prática da modalidade e com impacto positivo para o turismo.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos resultados

alcançados pelo Clube Asas de São Miguel no Campeonato Nacional de Parapente.

Mais se propõe que deste voto deve ser dado conhecimento ao Clube e ao piloto Paulo Silva.

Disse

Horta, Sala das Sessões, 07 de setembro de 2017

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece, Maria João Carreiro

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação também se refere à consagração do Clube Asas de São Miguel, como Campeão Nacional de Clubes em Parapente.

É apresentado pelo CDS e tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Clube Asas de São Miguel Campeão Nacional de Clubes em Parapente

O Clube Asas de São Miguel acaba de sagrar-se campeão de Portugal na modalidade de parapente.

Na competição que se disputou em Castelo de Vide e Montalegre, durante 10 dias de prova, cumpriram-se um total de 5 mangas competitivas.

Em Castelo de Vide, em junho passado, o Clube Asas de São Miguel liderou a classificação coletiva durante os dois primeiros dias de prova, cedendo apenas a uma das mais fortes formações da modalidade em Portugal e terminando em segundo lugar.

Já em julho, em Montalegre, na segunda etapa da competição nacional – e contando também para a preparação do europeu da modalidade, que se realizará no próximo ano, também no nosso País – contando com a presença de muitos pilotos estrangeiros e com um reforço especial para a Associação Voo Livre de Sintra (o pluricampeão Eduardo Lagoa), os Açorianos completaram mais 5 mangas na primeira posição.

Também a nível individual destaque para as prestações dos pilotos regionais que, na primeira manga, alcançaram o segundo e terceiro lugares do pódio (Paulo Silva e Pedro Perpétuo, respetivamente) e, na segunda manga, com Paulo Silva a alcançar a vitória na segunda etapa e a vencer o campeonato nacional absoluto, enquanto Pedro Perpétuo sagrou-se campeão nacional da classe sport.

José António Câmara conquistou o segundo lugar do pódio da categoria Sport, na segunda etapa. Já Ricardo Rodrigues conseguiu o terceiro lugar na mesma etapa, foi terceiro à geral da classe master e chegando ao quarto lugar da tabela do campeonato nacional.

João Brum, Gil Navalho, Paulo Nunes e Hugo Sousa foram os outros pilotos do Clube Asas de São Miguel que contribuíram nas suas mangas e etapas para a grande conquista nacional do clube açoriano que, este ano 2017, está também a celebrar os seus 20 anos de existência.

O clube sediado na ilha de São Miguel já havia conquistado, por três vezes, o título de campeão nacional na categoria open, esta foi, no entanto, a primeira vez que o Asas de São Miguel ganhou tudo o que podia ganhar.

No total foram voados quase 720 quilómetros, em 10 dias de voo, divididos pelas duas etapas.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o Clube Asas de São Miguel pela conquista no título de Campeão de Portugal na modalidade de parapente, facto alcançado pela primeira vez na sua história de 20 anos.

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube Asas de São Miguel e aos pilotos Paulo Silva, Pedro Perpétuo, José António Câmara, Ricardo Rodrigues, João Brum, Gil Navalho, Paulo Nunes e Hugo Sousa que contribuíram decisivamente para a conquista deste troféu inédito e à Federação Portuguesa de Voo Livre.

Os Deputados Regionais: Rui Martins, Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo também não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PCP ao Serviço de Socorro e Emergência prestado pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários nos Aeroportos dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELO SERVIÇO DE SOCORROS E EMERGÊNCIA PRESTADO PELAS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS NOS AEROPORTOS DOS AÇORES, GERIDOS PELA SATA AERÓDROMOS E PELA ANA SA

A prestação dos serviços de socorros e emergência de aeródromo nos Aeroportos a cargo da empresa pública regional SATA Aeródromos é realizada por Associações Humanitárias de Bombeiros de cada respetiva ilha. Isso acontece assim no Pico, em São Jorge, na Graciosa e no Corvo.

Tal prestação de serviço de socorros e emergência de aeródromo sempre foi protocolada entre a Região e as respetivas Associações Humanitárias de Bombeiros, assim se assegurando a plena segurança desses nossos Aeroportos e garantindo postos de trabalho qualificados na Região.

A comparticipação financeira destes protocolos sempre foi também de importância fulcral para o equilíbrio financeiro das nossas Associações Humanitárias de Bombeiros.

Consta-se que os Aeroportos das ilhas do Pico, São Jorge, Graciosa e Corvo vão passar a ter os serviços de socorros e emergência (salvamento e luta contra incêndios) prestados por entidades privadas.

Sabe-se que nos Aeroportos açorianos geridos pela ANA SA, nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Faial e Flores, aquela empresa privada mantém os protocolos existentes com as respetivas Associações de Bombeiros Voluntários, facto revelador da qualidade do serviço prestado pelos bombeiros dessas Associações açorianas.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pelos serviços de socorro e emergência prestados nos Aeroportos da SATA Aeródromos pela Associação de Bombeiros Voluntários da Madalena, pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Velas, pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa, pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Ilha do Corvo e pelos serviços das Associações de Bombeiros prestados nos Aeroportos de Santa Maria, São Miguel, Faial e Flores.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais de todas as Associações Humanitárias de Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, à Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e ao Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais.

O Deputado do PCP Açores: João Paulo Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

O PSD naturalmente que se associa a este Voto de Congratulação devido ao facto de hoje as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, por todas as nossas ilhas, prestarem um serviço de socorro nos aeroportos muito relevante, mas também pelo facto de este serviço que é prestado pelas Associações de Bombeiros nos Aeroportos ser uma das grandes fontes de receita dessas associações.

Se nós recuarmos um bocadinho no tempo e verificarmos o relatório da Comissão de Política Geral, da Legislatura anterior, o valor que advinha da prestação de serviços nos Aeroportos da Região significava cerca de 50% das receitas globais das Associações.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora, nesta altura, o Grupo Parlamentar do PSD, irá propor na Comissão de Política Geral a audição do Sr. Secretário Regional da Saúde, que também tem a tutela da Proteção Civil, para o cabal esclarecimento de toda essa situação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece a importância dos serviços prestados pelos nossos bombeiros voluntários nos Açores e este serviço é reconhecido por toda a população, pois é a eles que recorremos nas situações de maior aflição.

São, como será reconhecido por todos, um dos pilares fundamentais do nosso Serviço Regional de Proteção Civil...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e por isso é que os elevados investimentos ao longo dos anos feitos em infraestruturas e equipamentos de forma a dotar as nossas associações de condições de trabalho é um facto que não podemos esquecer.

Também não deveremos esquecer os investimentos feitos na formação ao longo dos anos que, para além de manter a qualidade do serviço que prestam, tem permitido que as nossas Associações, nos diversos concursos em que participam, ocupem lugares de destaque muitas vezes em primeiro lugar.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, reconhecendo todo o serviço que fazem e este que é referido no presente voto, o Grupo Partido Socialista naturalmente associa-se ao mesmo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP naturalmente associa-se a este voto apresentado pelo PCP.

A verdade é que estas instituições desempenham um papel fundamental na nossa sociedade, em todas as ilhas e nas ilhas mais pequenas de uma forma muito acentuada, pela diversidade dos serviços que apresentam e que são fundamentais na nossa sociedade, pelo facto que vai desde o transporte dos doentes, que vai desde o serviço prestado no aeroporto, do auxílio em caso de socorro.

A verdade é que a ausência deste apoio, da prestação deste serviço e desta receita que vão deixar de poder receber, vai ser gerador de um grande problema perante estas instituições.

E é estranho que, apesar de reconhecer (como o Deputado da bancada do PS reconheceu) a importância que estas instituições têm, também deve ser do conhecimento, e acho que é do conhecimento público, a dificuldade com que muitas destas associações humanitárias estão agora a enfrentar, e falo na situação particular da Ilha de São Jorge, porque já abordei a Associação e o que me foi transmitido é que não sabem como é que vão continuar com esta instituição, como é que vão continuar com os postos de trabalho, a assegurar os postos de trabalho.

Portanto, há aqui uma série de situações que vão certamente ser uma dificuldade para a Associação Humanitária de Bombeiros e que infelizmente vão ter que tentar ultrapassar.

Oxalá que consigam ultrapassar e que consigam continuar a prestar um serviço tão importante na nossa sociedade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PSD e refere-se à Medalha de bronze conquistada por Miguel Viola nas Olimpíadas nacionais das ciências da terra.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

MIGUEL VIOLA GANHA MEDALHA DE BRONZE NAS OLIMPÍADAS INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS DA TERRA

Miguel Viola é novamente motivo de orgulho para os Açores.

Este jovem açoriano de 17 anos, aluno da Escola Secundária Antero de Quental, mereceu um voto de congratulação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no passado mês de junho, por proposta do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, por ter sido um dos três estudantes que representariam Portugal nas “Internacional Earth Sciences Olympiads”, em Nice, de 21 a 26 de agosto.

A sua prestação nas Olimpíadas Internacionais comprovam que a perspicácia, a persistência, a capacidade de trabalho e gosto pelo saber fizeram-no vencer não só todas as fases de apuramento às Olimpíadas, como também conquistar um lugar honroso no campeonato internacional – a medalha de bronze.

Este resultado é uma honra para os Açores. Um aluno que se esforça para atingir os melhores resultados possíveis, não só na componente curricular do seu percurso escolar, como também num projeto de dimensão internacional, projetando os Açores além fronteiras, deve ser um enaltecido nesta Casa da Autonomia.

Este resultado constitui um incentivo para que se aposte na educação dos nossos jovens em prol de um futuro de sucesso. A participação dos nossos alunos em campeonatos internacionais constitui uma excelente oportunidade para exercitarem a sua capacidade natural de procurar desafios e potenciarem as suas capacidades e o desenvolvimento de novas competências, promovendo-se assim um maior envolvimento dos nossos alunos com a escola e com a própria educação.

Merecem um apreço especial todos aqueles que apoiaram e motivaram o aluno a participar, em particular a sua família e a sua professora de Biologia e Geologia, bem como os mentores da Comissão Nacional das Olimpíadas de Geologia que os acompanhou nesse projeto.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo resultado alcançado por Miguel Viola nas Olimpíadas Internacionais de Ciências da Terra, em representação de Portugal.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao próprio aluno, ao Conselho Executivo e Assembleia de Escola da Escola Secundária Antero de Quental e à Comissão Nacional das Olimpíadas de Geologia.

Horta, Sala das Sessões, 07 de setembro de 2017

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e Maria João Carreiro

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

É com regozijo e reconhecimento que o Partido Socialista se associa a este Voto de Congratulação apresentado pelo PSD.

É, desde logo, com regozijo por representar o empenho e a dedicação de um aluno, da sua família e também da escola que frequenta, na valorização das aprendizagens significativas, muito em particular na área das ciências, e o Partido Socialista, é do reconhecimento, por se associar a um voto em que este marca o inequívoco reconhecimento e agradecimento do Partido Socialista a todos aqueles que levam mais longe o nome dos Açores e neste caso muito em

particular levando mais longe o nome dos Açores através da educação num complemento com o seu sistema educativo regional.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao Quinto Centenário da Igreja Matriz da Praia da Vitória. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria Fátima Ferreira (PS): Bom dia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Quinto centenário da Igreja da Matriz da Praia da Vitória

A Igreja da Matriz de Santa Cruz, da notável cidade da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, foi um templo fundado pelo primeiro donatário, de origem flamenga, Jácome de Bruges, vindo a ser sagrada a 24 de março de 1517, pelo prelado Diocesano da altura, D. Duarte, Bispo Dumense, que veio de visita aos Açores. Esta Igreja foi por diversas vezes reformulada por causa dos terremotos que assolaram a Ilha Terceira, mas ainda preserva o estilo Manuelino. Por cima do portal uma pequena rosácea em estilo gótico, dois pórticos, abóbadas da igreja e das capelas laterais.

Foi reconstruída em 1577, e nesta ocasião o rei D. Sebastião ofereceu as magníficas portadas de mármore em estilo manuelino. Sofreu alterações posteriores em 1810 e 1842 em função dos grandes terremotos que assolaram a ilha: a 24 de maio de 1614, a 24 de junho de 1810, a 15 de junho de 1841 e a 1 de janeiro de 1980. Do terremoto de 1614 o padre António Vieira recordou, em sermão proferido na Bahia, em 1637: *“tudo destruiu, com exceção do púlpito da Matriz, a cadeia e o hospital; símbolos da Verdade, da Justiça e da Misericórdia.”*

A Matriz ergue-se num amplo terreiro e é um edifício marcado por diversas linguagens artísticas, sendo a sua fachada de grandes proporções e linhas harmoniosas. Este edifício é constituído pela nave central e por duas torres sineiras. O seu interior é rico, destacando-se o seu teto de madeira, um retábulo de madeira com oito painéis, tipicamente renascentista, bem como duas pias de água benta oferecidas pelo rei D. Manuel I, uma importante coleção escultória do século XVI e um tesouro sacro com opulentas peças litúrgicas.

Esta igreja é o maior monumento religioso do concelho da Praia da Vitória, com reconhecido valor artístico e histórico. É frequentado por inúmeros visitantes que se deslocam a esta cidade e tornou-se ponto de paragem obrigatória.

No átrio da igreja há um monumento de homenagem à Restauração da República Portuguesa.

A 11 de junho de 2017, o Conselho Pastoral Paroquial de Santa Cruz celebrou com solene festividade o V centenário com a celebração da Eucaristia, presidida por D. João Lavrador, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, seguida de uma sessão pública para a apresentação da reedição do “Álbum Literário” com textos recolhidos pelo Padre Francisco Rocha de Sousa para o IV centenário da sagração desta Igreja a 24 de maio de 1917.

Assim nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de setembro de 2017, a aprovação de um Voto de Congratulação, sendo extensivo ao Sr. Presidente da edilidade, à Diocese, ao Pároco da freguesia de Santa Cruz e demais órgãos sociais e colaboradores.

Horta, 07 de setembro de 2017.

Obrigada.

Os Deputados: Maria de Fátima Ferreira e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

Haja saúde a todos!

Para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto, sendo realmente o momento religioso do concelho da Praia de maior e que dá inspiração aos monumentos de muitas das igrejas do concelho da Praia e que realmente representam um dos marcos do próprio concelho.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto, também de Congratulação pelos 25 anos de Festival de Folclore Internacional da Relva, é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 anos do Festival de Folclore Internacional da Relva

“Folclore é a cultura do Povo, folclore dos Açores é a cultura popular desta região. É então o folclore as nossas raízes, que nos orgulhamos de representar”. Esta antecâmara frásica presente no espaço digital do Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva denota bem a abertura e a pertinência de transmitir à sociedade, valorizando a informação digital, o que se vive na “sociedade do folclore”.

Esta “sociedade do folclore” representa-nos pela cultura popular que nos distingue e valoriza, abrangendo um património imaterial coletivo esparso pelas nossas ilhas.

O Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva valorizou a posição da freguesia da Relva assim como os seus costumes, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

O folclore da Relva incorpora nas suas atuações a valorização e utilidade da Fajã da Rocha da Relva, recordando a alusão no livro Saudade da Terra, de Gaspar Frutuoso “Relva, a terra da boa erva”, que consubstancia bem a atividade agro-pastoril existente e que deu o mote ao traje camponês do grupo.

São estas características que motivaram desde 1993 o Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva, aquando da sua primeira edição, a organizar o Festival de Folclore Internacional da Relva. Iniciando-se um ciclo de 25 anos a partir do dia 31 de julho de 1993.

O primeiro sábado do mês de agosto de cada ano na freguesia da Relva é marcado pelo Festival de Folclore Internacional da Relva, em que participam grupos de folclore regionais, nacionais e internacionais. Os bailes e balhados são uma demonstração de alegria popular.

São vinte e cinco anos marcados por ciclos de representações culturais, de hábitos e costumes do nosso povo, mas também de outros, nomeadamente aquele que permite o intercâmbio de conhecimento e de exportação de vivências e marcas açorianas.

São vinte e cinco anos de empenho e dedicação que atravessam gerações que se implicam na permanência cultural das tradições.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um voto de congratulação ao Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva, pela realização dos 25 anos do Festival de Folclore Internacional da Relva.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva.

Horta, 7 de setembro de 2017.

Muito obrigada.

Os Deputados: André Bradford e Sónia Nicolau

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação, também referente aos 25 anos do grande Festival de Folclore da Relva – Mostra Folclórica do Atlântico, desta feita apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

VINTE E CINCO ANOS DO GRANDE FESTIVAL DE FOLCLORE DA RELVA – MOSTRA FOLCLÓRICA DO ATLÂNTICO

Foi no ano de 1993 que se realizou o primeiro Grande Festival de Folclore da Relva, numa organização conjunta da Junta de Freguesia e do Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva, com o único propósito de preencher o Sábado das Festas de Nossa Senhora das Neves, padroeira daquela freguesia. O êxito foi de tal ordem – contanto nessa primeira edição com quatro grupos folclóricos, todos da Ilha de S. Miguel – que as duas instituições decidiram continuar nos anos seguintes a organização do evento.

Até 2007 teve a designação de “Grande Festival de Folclore da Relva”, designando-se a partir daí e em função da sua localização, de “Grande Festival de Folclore da Relva-Mostra Folclórica do Atlântico”.

Conceituado a nível nacional e internacional, situação bem demonstrada pela diversidade de grupos e origens participantes das suas vinte e cinco edições, desde os Açores – grupos das Ilhas de S. Miguel, Terceira, Pico e Santa Maria – do continente português – grupos da Alta e Baixa Estremadura, Alto Alentejo, Beira Alta e Beira Baixa; Beira Litoral, Ribatejo, Douro Litoral e Baixo Minho – de diferentes países, como Espanha, França, Itália, Alemanha, Austria, Eslováquia, República Checa, Roménia, Brasil, Canadá, Colômbia, Venezuela, Estónia, Letónia e Polónia – é reconhecido desde 1996 pela Federação do Folclore Português.

Considerado o maior festival de Folclore de S.Miguel e um dos maiores dos Açores, é considerado por diversos peritos como um Festival onde se constata um grande abraço dos povos e um retalho de tradições.

O seu trajeto, feito de sucessivos êxitos, ao longo dos seus vinte e cinco anos é obra das diferentes mulheres e homens que constituíram os órgãos autárquicos de freguesia da Relva e dos corpos sociais do Grupo de Cantares e Balhados da Relva, atualmente presididos, respetivamente, pelos Senhores Pedro Melo e João de Medeiros, que contribuíram para a preservação das tradições do nosso povo, para a promoção da cultura e para a projeção da freguesia, em primeiro lugar, mas também da Ilha de S. Miguel e dos Açores.

A edição das Bodas de Prata contou com a participação de grupos folclóricos de S.Miguel, do Baixo Minho, com o Grupo Folclórico de São Torcato-Guimarães, da cidade de Narón – Galiza, Espanha e de Rudolstad E.V. – Alemanha, constituindo mais um retundante sucesso.

Assim, e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, e atendendo ao relevante papel social, cultural e turístico que o “Grande Festival de Folclore da Relva – Mostra Folclórica do Atlântico”, tem desempenhado ao longo dos seus vinte e cinco anos de existência, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de

congratulação pelos 25 anos da realização daquele evento. Deste voto deve ser dado conhecimento à Junta de Freguesia da Relva, aos órgãos sociais do Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva, aos órgãos Sociais da Federação do Folclore Português, à Câmara e Assembleia Municipais de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 07 de setembro de 2017.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não há. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação pela Medalha de ouro na Prova Internacional de Manobras dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande. É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELA MEDALHA DE OURO NA PROVA INTERNACIONAL DE MANOBRAS

DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA RIBEIRA GRANDE

A equipa masculina dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande conquistou a Medalha de Ouro na prova internacional de manobras “CTIF 2017 (International Fire Brigade Competitions), que se realizou em Villach, na Áustria, no passado mês de julho de 2017. Esta medalha de ouro é a segunda no seu historial e surge na sequência do triunfo alcançado a nível nacional em maio passado, que também foi objeto de voto de congratulação pelo Partido Socialista nesta Assembleia.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece a importância do trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários em prol da população, a servir os outros e resulta do esforço, da dedicação, da capacidade de trabalho em equipa e de superação e exigência diária que os seus membros colocam nas suas atividades diárias.

Neste voto de congratulação saudámos os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, e em particular a sua equipa masculina, o seu Comando e Órgãos Diretivos, mas também todos os restantes Bombeiros dos Açores, que todos os dias abdicam do seu tempo, em favor dos cidadãos e do interesse público.

Este é mais um exemplo da qualidade do serviço que é prestado pelos “soldados da Paz” na Região Autónoma dos Açores, colocando sempre em primeiro lugar o bem-estar das pessoas, e tem resultado numa participação contínua em competições nacionais e internacionais, com resultados excecionais e meritórios, que enriquecem o palmarés da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande e também os Açores.

Nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação aos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande pelo prémio internacional conquistado.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e à Liga dos Bombeiros Portugueses.

Horta, 07 de setembro de 2017.

Obrigado.

Os Deputados: Carlos Silva e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é também de Congratulação aos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

Este voto é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA RIBEIRA GRANDE

Depois de vencerem o concurso Nacional de manobra para bombeiros que se disputou em Penafiel, nos passados dias 20 e 21 de maio, no escalão de

Cadetes, e capitaneados pelo comandante José Nuno Moniz, os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande promoveram mais uma vez o nome dos Açores por este mundo fora.

A equipa dos Bombeiros da Ribeira Grande, composta por 10 elementos, acompanhada pelo seu comandante, foi uma das setes formações nacionais que participaram na prova internacional CTIF 2017 – “International Fire Brigade Competitions” – que decorreu na Áustria.

Os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande obtiveram a medalha de ouro, alcançando, assim, o primeiro lugar no Concurso Internacional de Manobras realizado no passado mês de julho, que contou com a participação de 27 países europeus, para além de alguns países convidados fora da Europa e que participaram neste evento, perfazendo um total de três mil e setecentos bombeiros.

A corporação da Ribeira Grande há mais de 30 anos que participa nestas provas, mais concretamente desde de 1986 e esta é a segunda vez que alcança este brilhante feito, pois em 2005 na Croácia já tinha conseguido a medalha de ouro.

Esta brilhante vitória só demonstra a destreza física, o empenho, a dedicação e o profissionalismo destes soldados da paz, que arriscam a vida pelos outros, numa abnegação total digna de registo, revelando a eficácia do treino de ações concretas que se lhes deparam no dia a dia.

As técnicas utilizadas neste concurso são as mesmas do dia a dia empregues no combate aos incêndios, salvamento, entre outras situações de emergência, em prol da população da Ribeira Grande e não só.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratulam a Corporação dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande pelas marcas alcançadas no recente Concurso Internacional de Manobras e submetem

à votação o presente voto de congratulação. Mais solicitam que este voto seja dado conhecimento à sua direção.

Sala das Sessões, Horta, 07 de setembro de 2017.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e Jaime Vieira

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação à atleta Ana Margarida Filipe pelos resultados alcançados. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr.

Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Toste Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

Voto de Congratulação

À atleta Ana Margarida Filipe pelos resultados alcançados

Ana Margarida Filipe, atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade, pratica a modalidade de atletismo há três anos.

Desde sempre foi uma atleta assídua nas provas locais e Regionais em todas as competições organizadas pelas Associações da modalidade nas situações “regular” e “adaptado” apesar da sua juventude.

Sagrou-se Campeã Regional em diversas disciplinas e escalões etários.

Representou diversas vezes a Região em competições Nacionais no Atletismo “regular”.

Em 2015, e face aos resultados obtidos nas competições nacionais no Atletismo adaptado, iniciou as participações Internacionais em representação da Seleção Nacional, onde apesar de muito jovem obteve resultados muito positivos.

Participou no Campeonato do Mundo de pista Coberta INAS, em São Petersburgo, onde obteve duas medalhas de Bronze.

Sagrou-se Campeã Europeia na prova de Salto em comprimento integrada na seleção Nacional, nas jornadas Paralímpicas da Juventude Europeia.

No Equador participou nos Global Games em diversas provas (Heptatlo, Triplo Salto, 400m Barreiras, 100m Barreiras, Salto em altura, 4x100 e 4x400), batendo o record da competição no HEPTATLO para além de ter obtido seis medalhas - três de ouro, duas de prata e uma de bronze.

Participou, também, numa grande competição, o Campeonato do Mundo IPC, no QATAR, nas provas de salto em comprimento, onde obteve um excelente 10.º lugar e foi 3.ª classificada no triplo salto.

O ano de 2017 foi um ano muito importante para a atleta Ana Margarida Filipe porque, pela 1.ª vez, foi a atleta Açoriana que esteve presente nos Jogos Paralímpicos.

De realçar, também, a participação em duas competições Internacionais: Campeonato da Europa de Pista Coberta INAS, em Ancona, na Itália, onde obteve duas medalhas de ouro – salto em altura e 4x200, uma medalha de prata – 60m barreiras e uma medalha de bronze – salto em comprimento), Campeonato da Europa IPC, em Grosseto, na Itália – 5.ª classificada no salto

em comprimento) e em dois Meetings Internacionais – em Barcelona onde foi 2.^a classificada e na Guarda em que foi a 1.^a classificada no salto em comprimento.

Estes êxitos ajudaram na preparação física e psicológica para a obtenção dum resultado no Ranking Internacional.

Nos Jogos Paralímpicos que se realizaram no Rio de Janeiro, no Brasil, a atleta obteve um excelente 9.º lugar.

A atleta Ana Margarida Filipe mantendo a mesma entrega aos treinos e programação da atividade participou em duas competições Internacionais: o MUNDIAL IPC, que teve lugar em Londres, obtendo a medalha de bronze no Salto em Comprimento com a melhor marca de sempre e, no Mundial de Juniores em Nothwil, na Suíça, onde obteve a medalha de prata.

Neste momento encontra-se a preparar a participação nos JOGOS PARALÍMPICOS DA JUVENTUDE, que terão lugar em Génova, na Itália, no próximo mês de outubro.

A Ana Margarida Filipe é um grande exemplo para todos os atletas pela assiduidade, dedicação ao treino e espírito de sacrifício. Tem sido um veículo de propaganda e divulgação da Ilha Terceira, dos Açores e de Portugal.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período Legislativo de 7 de setembro de 2017, a aprovação deste voto de Congratulação,

Do presente voto de Congratulação seja dado conhecimento à atleta Ana Margarida Filipe, à ACM, à sua treinadora Ana Paula Espínola Santos, à SREC, à Federação Portuguesa de Atletismo e ao Comité Paralímpico.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2017

Os Deputados Regionais: André Bradford e António Toste

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também à atleta Ana Margarida Filipe. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Siedi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Voto de Congratulação

Ana Margarida Filipe

Ana Margarida Filipe, atleta da Associação Cristã da Mocidade é praticante de Atletismo desde 2014, mantendo presença assídua nas provas locais e Regionais, tanto nas situações de desporto Regular como no desporto Adaptado. Sagrou-se mesmo Campeã Regional em várias disciplinas e escalões etários, representando por diversas vezes os Açores em competições Nacionais no Atletismo Regular.

Em 2015 face às suas classificações nas competições em Atletismo Adaptado, iniciou um conjunto de participações Internacionais, em representação da Seleção Nacional, que se têm traduzido em resultados de alto nível.

Nesse mesmo ano, participou no Campeonato do Mundo de pista Coberta INAS, em São Petersburgo, onde obteve duas medalhas de bronze. Representou ainda a seleção Nacional nas jornadas Paralímpicas da Juventude Europeia, tendo-se sagrado Campeã Europeia no Salto em comprimento. Nos Global Games esteve em diversas provas, batendo o recorde do Heptatlo e obtendo seis lugares no pódio. Esteve ainda no Campeonato do Mundo IPC, no Qatar, onde foi 3.^a no Triplo Salto e 10.^a no Salto em Comprimento, o que lhe abriu as portas para a obtenção de importantes apoios.

O ano de 2016 foi marcante para a atleta. Ana Filipe protagonizou a primeira presença de um atleta açoriano nos Jogos Paralímpicos, sendo 9.^a classificada no Salto em Comprimento.

Antes disso, já tinha estado no Campeonato da Europa de Pista Coberta, em Itália, onde conseguiu duas medalhas de ouro, uma de prata e uma de bronze. E no Campeonato da Europa IPC, também em Itália, foi 5.^a classificada no Salto em Comprimento. Participou ainda nos Meetings Internacionais de Barcelona e da Guarda, sendo respetivamente 2.^a e 1.^a no Salto em Comprimento.

Em julho do presente ano, a atleta participou em duas competições Internacionais: o Mundial IPC, que se realizou em Londres, e onde obteve a medalha de bronze no Salto em Comprimento, com a melhor marca nacional de sempre. Mais recentemente, em agosto, participou no Mundial de Júniores, em Nothwil, na Suíça, onde obteve a medalha de prata.

No presente mês de setembro, tem agendada a participação nos Jogos Paralímpicos da Juventude, que terão lugar em Génova (Itália).

A Ana Filipe é assim um exemplo para todos os atletas e jovens da nossa Região.

Pela sua dedicação ao treino, pelo seu espírito de sacrifico, pela sua competência e empenho e esforço. Com os seus resultados e conquistas tem levado longe o nome da Ilha Terceira, dos Açores e de Portugal.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe um voto de congratulação à atleta Ana Margarida Filipe, pelos resultados de excelência recentemente alcançados, nomeadamente Medalha de prata no campeonato Mundial de Juniores IPC, e Medalha de Bronze no Campeonato do Mundo de Atletismo IPC.

Que do presente voto se dê conhecimento à atleta e respetiva treinadora, ao clube que representa na região-Associação Cristã da Mocidade, bem como à Federação Portuguesa de Atletismo.

Horta, sala das Sessões, 7 de setembro de 2017.

Os Deputados do PSD: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Paulo Parece.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação pela atribuição do “Selo de Qualidade em Voluntariado JOIN4CHANGE” à Casa de Saúde do Espírito Santo, na Ilha Terceira. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

ATRIBUIÇÃO DO “SELO DE QUALIDADE EM VOLUNTARIADO JOIN4CHANGE” À CASA DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, NA ILHA TERCEIRA

A Casa de Saúde do Espírito Santo (CSES), na Ilha Terceira, foi fundada em 1967 e é um dos doze estabelecimentos de saúde geridos pelo Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que recentemente celebrou 50 anos da sua presença nesta ilha.

Tem como missão o atendimento a pessoas com doença no âmbito da saúde mental.

Desenvolve programas assistenciais segundo um modelo de assistência integral que, através do trabalho em equipa, desenvolve a intervenção terapêutica contemplando os aspetos biológicos, psíquicos, sociais, humanos, espirituais e ético-relacionais.

Orienta-se por um modelo de intervenção centrado no Ser Humano e em particular na pessoa que sofre, promovendo uma relação humana que fortaleça a mútua compreensão, ajuda e partilha.

O Voluntariado é transversal às várias áreas de intervenção no serviço aos utentes da Casa de Saúde do Espírito Santo (CSES) e integra-se plenamente no modelo assistencial hospitaleiro, reforçando a atenção nos princípios de gratuidade e solidariedade.

A presença dos Voluntários nesta Casa de Saúde constitui uma mais-valia para os utentes e para os outros elementos da comunidade hospitaleira, da qual

fazem parte integrante, contribuindo para o aprofundamento e consolidação dos laços que unem os vários membros desta comunidade, mediante um compromisso responsável, criativo, constante e generoso em pleno exercício da cidadania ativa.

No exercício das suas funções ou atividades os Voluntários interagem com a equipa terapêutica e com outros membros da comunidade hospitaleira, sempre em prol do bem dos doentes, pois tal como exortava S. Bento Menni, Fundador da Congregação e primeiro Voluntário Hospitaleiro, o mais importante é “*Fazer o bem, bem feito*”.

A equipa do Voluntariado da Casa de Saúde do Espírito Santo é constituída pela Irmã Maria da Graça Carreira (Coordenadora) e 10 Voluntários, que importa saudarmos.

A Confederação Portuguesa do Voluntariado foi constituída a 19 de janeiro de 2007 e tem por finalidade representar os voluntários de Portugal e as respetivas organizações, quaisquer que sejam os seus domínios de atividade e contribuir para a defesa dos respetivos direitos e interesses.

Esta Confederação congrega atualmente 35 organizações de voluntariado e promotoras de voluntariado – associações singulares, federações e confederações – com variados objetos de atuação de âmbito nacional.

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus em todos os seus centros, candidatou-se ao "**Selo de Qualidade em Voluntariado Join4Change**", promovido pela Confederação Portuguesa do Voluntariado em conjunto com o Instituto Superior Universitário.

A Comissão de Análise do Selo atribuiu o grau de Excelência neste âmbito à Casa de Saúde do Espírito Santo.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de Setembro, a aprovação de um

Voto de Congratulação pela atribuição do “Selo de Qualidade em Voluntariado Join4Change”, à Casa de Saúde do Espírito Santo, e que este Voto seja dado conhecimento à Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, à Irmã Superiora da Congregação da Casa de Saúde do Espírito Santo, à Irmã Maria da Graça Carreira, coordenadora e aos 10 voluntários.

Horta, Sala das Sessões, 7 setembro de 2017

Os Deputados: Domingos Cunha e André Bradford

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Membro do Governo:

Obviamente que o voluntariado prestado nestas condições merecerá sempre da nossa parte todo o respeito e apreciação, pelo que este Selo de Qualidade é uma digníssima atribuição dada à Instituição que representa sem dúvida uma mais-valia não só para os doentes, mas também para as suas famílias e, sobretudo, pelo que este Grupo Parlamentar se associará obviamente a este voto.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação ao Clube União Micaelense enquanto entidade formadora certificada pela federação portuguesa de futebol. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

CLUBE UNIÃO MICAELENSE – ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA PELA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

O Clube União Micaelense, popularmente conhecida como “os pretos da Rua dos Mercadores”, expressão que conjuga a cor do seu equipamento com o da localização da sua atual sede, em Ponta Delgada, é uma instituição centenária que tem prestado relevantes serviços à comunidade, reconhecidos pela atribuição do estatuto de utilidade pública.

Clube eclético, com várias modalidades desportivas, assume, no entanto, maior dimensão desportiva, ao longo do seu historial, o hóquei em patins, o basquetebol e o futebol.

É precisamente nesta última modalidade desportiva – o futebol – que a par de vários títulos regionais nos diferentes escalões etários, o Clube União Micaelense tem vindo a afirmar-se como escola de formação, movimentando centenas de crianças e jovens nas suas escolas. Como “mostra” desse trabalho, o Clube União Micaelense promove anualmente um Torneio de Futebol de sub – 11 anos de idade, que este ano completou a sua 11ª. Edição e que se internacionalizou, projetando os Açores além fronteiras, sendo já uma referência no mundo do futebol, de tal forma, que vários clubes europeus se autodisponibilizam para nele participar.

Culminando a sua prática de formação, ao Clube União Micaelense foi atribuído pela Federação Portuguesa de Futebol, o estatuto de Entidade Formadora Certificada, atingindo o grau de excelência em todos os critérios

analisados, segundo o Regulamento de Entidades Formadoras, a saber: Planeamento e Orçamento; Estrutura Organizacional; Recrutamento; Formação Desportiva; Acompanhamento Médico-Desportivo; Formação Pessoal e Social; Recursos Humanos; Instalações e Produtividade.

A atribuição de Entidade Formadora Certificada na modalidade de Futebol é pela primeira vez atribuída a um clube dos Açores, o que sobreleva, ainda mais, a importância da distinção.

Assim e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe um voto de congratulação pela obtenção pelo Clube União Micaelense do reconhecimento de Entidade Formadora Certificada pela Federação Portuguesa de Futebol, devendo deste voto dar-se conhecimento aos seus órgãos sociais, à Associação de Futebol de Ponta Delgada e à Federação Portuguesa de Futebol.

Horta, Sala das Sessões, 07 de setembro de 2017.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo.

Muitas razões clubísticas, se me permitem, familiares e pessoais seriam justificação para fazer esta intervenção a propósito deste voto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é atleta, é?

O Orador: ... mas a questão essencial aqui é outra. A questão essencial aqui é sublinhar, e por isso nos associamos obviamente ao teor do voto apresentado pelo PSD, o relevante papel do Clube União Micaelense ao nível regional como entidade e instituição de formação pessoal de jovens através do desporto.

Tem sido esse o papel do Clube União Micaelense. Tem sido essa a sua imagem de marca, gerações e gerações de micaelenses iniciaram-se na prática desportiva por via do estímulo e da prioridade que o Clube União Micaelense sempre deu aos seus escalões de formação em vários desportos e isso agora é reconhecido com uma certificação de nível nacional, sendo que acontece pela primeira vez na Região. Por isso não poderíamos de maneira nenhuma deixar de nos associar a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é ao título alcançado pelo Bombeiros Voluntários da Praia da vitória. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Voto de Congratulação

pelo título alcançado pelos bombeiros da Praia de Vitória

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória marcou presença, entre os dias 30 de agosto e 3 de setembro, no Campeonato Mundial do Trauma “World Rescue Challenge, na Roménia. A equipa desta corporação conquistou o primeiro lugar, sagrando-se Campeã do Mundo em Trauma, título que pela primeira vez veio para Portugal.

O Campeonato Mundial decorreu na cidade de Tárqu Mures e contou com a participação de 33 equipas, num total de duas centenas de bombeiros de vários países, como Austrália, Brasil e Canadá.

Da ilha Terceira, partiu uma equipa composta por três elementos - Fernando Leite, Leonel Raimundo e Hugo Sales – que conseguiu, nos resultados parciais, o primeiro lugar na prova standard e o terceiro na prova complexa.

Nesta competição foram postos à prova os procedimentos de socorro a vítimas em cenários de trauma, com simulacros de vítimas de acidente o mais aproximado da realidade possível.

De referir que este percurso de reconhecimento já tinha sido premiado em outubro passado, quando uma equipa também da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória alcançou o quarto lugar no Campeonato Mundial de Trauma, disputado no Brasil.

A participação nestes eventos e as respetivas classificações demonstram que os bombeiros açorianos, além da disponibilidade característica desta classe, têm uma formação de qualidade e aptidão necessária para prestar o socorro nas mais diversas situações nas nossas nove ilhas.

Este prémio, alcançado desta vez pelos bombeiros terceirenses, deve ser encarado como um incentivo para todos os bombeiros açorianos e uma motivação para que continuem a apostar na formação contínua para uma resposta cada vez mais pronta às nossas comunidades.

Como reconhece o presidente da Associação agora premiada, só com muito trabalho, treino, união e camaradagem é que estes títulos são alcançáveis.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 7 de setembro de 2017 emita este voto de congratulação pelo título de Campeão do Mundo em Trauma alçado por

bombeiros da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Do presente voto deverá ser dado conhecimento à direção, ao comando e aos bombeiros premiados da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória bem como ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Horta, 7 de setembro de 2017

Disse.

Os Deputados: André Bradford, Mónica Rocha e Maria Isabel Quinto

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(*Pausa*)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também ao Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória – conquista do primeiro lugar no Campeonato do Mundo de Trauma. É desta feita apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória – conquista do primeiro lugar no Campeonato do Mundo de Trauma

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória arrecadou o primeiro lugar no World Rescue Challenge 2017 – Campeonato Mundial de Trauma e Desencarceramento que se realizou entre 30 de agosto e 3 de setembro, na Roménia.

Numa prova onde participaram os melhores do mundo, a equipa da Associação dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória conseguiu o primeiro lugar na prova standard (1 vítima) e o terceiro lugar na prova complexa (2 vítimas).

Esta mesma equipa já tinha demonstrado o seu valor, quando no mês de março do presente ano, no IV Campeonato Regional de Trauma (Açores e Madeira), que decorreu na Praia da Vitória obteve o 2.º lugar, colocando assim os Açores, a ilha Terceira e a Praia da Vitória no mapa nacional dos campeonatos de Trauma.

Note-se que no ano passado, aquando a realização do último Mundial de Trauma disputado no Brasil, Leonel Raimundo e Hugo Sales, orientados por Fernando Leite obtiveram o quarto lugar demonstrando assim a qualidade dos Bombeiros dos Açores e de Portugal.

Na Roménia, nesta segunda experiência numa competição internacional, a mesma equipa, enfrentou duas provas, encontrando vários cenários que retratavam a vida real, e com espírito de união, imensa camaradagem, treino intenso e enorme capacidade de trabalho, conseguiram ultrapassar as diversas

adversidades do cenário, personificando o lema “melhor conhecer para melhor socorrer”.

No campeonato Mundial de Trauma da Roménia, cuja organização se deve à World Rescue Organization participaram 33 equipas, num total de duas centenas de bombeiros de vários países, como Austrália, Brasil e Canadá. Este evento é o maior evento internacional realizado em ambiente simulado, mas mais do que os títulos, salienta-se a partilha de conhecimentos entre os Bombeiros e o treino intensivo, enaltecendo-se a participação nestas provas e a excelente prestação dos Bombeiros no socorro pré-hospitalar nos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD-AÇORES propõe um voto de congratulação à Associação de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, pelo título de campeã mundial no Campeonato Mundial de Trauma e Desencarceramento 2017, resultado que comprova a qualidade das missões de socorro dos bombeiros açorianos.

Que do presente voto se dê conhecimento à Associação de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, Câmara Municipal da Praia da Vitória e Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Sala das Sessões, Horta, 07 de setembro de 2017.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e César Toste

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é ao Clube de Juventude Ilha Verde Verde que ganhou diversos títulos em competições nacionais e internacionais. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Clube de Atletismo Juventude Ilha Verde (JIV) ganha diversos títulos em competições nacionais e internacionais

O Juventude Ilha Verde, clube de atletismo com apenas 5 anos de existência, tem vindo a dar provas da sua relevância nas diversas disciplinas da modalidade de atletismo, nos vários escalões, como demonstram os diversos títulos e lugares nos pódios conquistados nas recentes competições nacionais e internacionais em que participou.

No campeonato Nacional de Esperanças (Sub-23), realizado em Pombal, o atleta Sérgio Silva conquistou o título de campeão nos 400 metros, feito que já havia realizado pouco tempo antes em pista coberta.

Em prova de estafetas o quarteto Sérgio Silva, Reinaldo Moniz, Rodrigo Toste e André Rodrigues conquistou a medalha de prata nos 4x100 metros e o quarteto Sérgio Silva, João Melo, Rodrigo Toste e André Rodrigues conquistou a medalha de bronze nos 4x400 metros, tendo os atletas em causa, com a sua prestação levado à sagração do Juventude Ilha Verde como vice-campeão de 4X400 metros estafeta.

No Campeonato Nacional de Sub-20, que teve lugar na Marinha Grande, o Juventude Ilha Verde voltou a elevar o nome dos Açores, com o atleta juvenil Marco Câmara, que já tinha sido este ano campeão nacional de juvenis nos 60 metros e 300 metros barreiras e vice-campeão nacional de 300 metros planos, a superar a concorrência nos 400 metros barreiras, vencendo a sua terceira medalha de ouro. Ainda no campeonato Nacional de Sub-20 o quarteto David Sebag, Reinaldo Moniz, João Melo e Marco Câmara conquistou a medalha de prata na estafeta de 4x400 metros.

Por sua vez no Campeonato Nacional de Veteranos, que decorreu em Torres Vedras, o atleta Hélio Patrício conquistou o bronze nos 110 e nos 400 metros barreiras, na categoria Veteranos III.

Para além dos feitos mencionados anteriormente, na Taça de Portugal de Lançamentos Longos, Elisabete Silva conquistou uma medalha de bronze no lançamento do dardo.

A nível coletivo o Juventude Ilha Verde, venceu pela primeira vez a Taça de Portugal de Velocidade e Barreiras que se realizou na cidade de Braga. Devido à boa prestação de todos os seus atletas que pertencem a equipa sénior, conseguiram a proeza de renovar o título, tornando-se assim o Juventude Ilha Verde, bicampeão nacional da 3.º Divisão de atletismo em pista ao ar livre.

Sérgio Silva fez parte da equipa de estafetas 4x400 metros da seleção nacional no campeonato da Europa de equipas, que se realizou em Vaasa na Finlândia. O jovem Marco Câmara também representou, mais uma vez, a seleção nacional, estando presente no torneio Ibérico Espanha/Portugal que se realizou em Avila e obtendo uma medalha de prata na prova de estafeta 4x400 metros.

Ressalva-se que os feitos referidos foram alcançados apenas com atletas açorianos.

É de enaltecer, por isso, a conquista alcançada pelos atletas Açorianos e pelo seu Clube, o Juventude Ilha Verde, que, mais uma vez, elevaram o nome dos Açores ao mais alto patamar nacional no atletismo.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação, pelas medalhas e títulos, nacionais e internacionais, conquistados pelos atletas e pelo Clube de Atletismo Juventude Ilha Verde.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, além do Clube de Atletismo Juventude Ilha Verde e respetiva direção, à Câmara Municipal de Ponta Delgada e à Associação de Atletismo de São Miguel.

Horta, Sala de Sessões, 7 de setembro de 2017

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Catarina Chamacame Furtado

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É e deverá ser sempre um motivo de orgulho para todos os açorianos ver clubes, jovens e atletas açorianos terem também resultados a nível nacional e a nível internacional. Por isso é com gosto e com felicidade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a esse voto deixando um cumprimento especial a todos os atletas, a todos os treinadores e a todos os responsáveis do Clube de Atletismo Juventude Ilha Verde.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos resultados alcançados pelos atletas Nicole Silva, Rodrigo Coelho e Daniel Moniz no campeonato nacional de patinagem artística. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS ATLETAS NICOLE SILVA, RODRIGO COELHO E DANIEL MONIZ NO CAMPEONATO NACIONAL DE PATINAGEM ARTÍSTICA

A conquista do pódio por atletas açorianos no Campeonato Nacional de Patinagem Artística é um motivo de orgulho para a Região. Com trabalho, dedicação e perseverança podemos chegar ao mais alto lugar do pódio.

Nicole Silva e Rodrigo Coelho, atletas do Clube de Patinagem da Vila das Capelas, provaram isso mesmo com os resultados obtidos no Campeonato Nacional de Patinagem Artística, que decorreu entre 8 e 16 de julho, no Pavilhão Municipal de Tomar, no distrito de Santarém. Dos 350 patinadores que participaram no Torneio Nacional de Benjamins e no Campeonato Nacional de Patinagem Artística, 35 vieram dos Açores.

Do esforço, dedicação e brilhantismo resultaram várias medalhas para a patinagem artística de São Miguel, nomeadamente, medalha de ouro para a

dupla Nicole Silva e Rodrigo Coelho, medalhas de prata e de bronze para os juniores Daniel Moniz (Clube de Patinagem de Santa Cruz) e Rodrigo Coelho, respetivamente.

Pelo segundo ano consecutivo, Nicole e Rodrigo revalidam o título de par artístico no escalão de juniores num campeonato de âmbito nacional. São dois atletas com um percurso notável na modalidade e que têm contribuído para a projeção dos Açores além-fronteiras.

Os resultados alcançados são certamente um estímulo para os Clubes de Patinagem da Vila de Capelas e de Santa Cruz para que, com entusiasmo e dedicação, continuem a apostar numa modalidade que alia a técnica, a precisão, o equilíbrio, a proeza e a estética numa perfeita sintonia com a música. Estes clubes têm-se revelado uma mais-valia para a prática desportiva da patinagem, seja no sentido formativo, seja no sentido competitivo.

Para o sucesso destes atletas, também merecem um apreço especial a família, os treinadores e os clubes em causa, que os apoiaram e os motivaram a participar e a nunca desistir, abraçando os sonhos destes jovens adultos como se fossem os seus.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos resultados obtidos pelos atletas Nicole Silva, Rodrigo Coelho e Daniel Moniz no Campeonato Nacional de Patinagem Artística.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos próprios atletas e respetivas famílias, aos treinadores, ao Clube de Patinagem da Vila de Capelas e ao Clube de Patinagem de Santa Cruz.

Horta, Sala das Sessões, 07 de setembro de 2017

Disse.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e Maria João Carreiro

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto e salienta aqui, como de resto acabou de ser salientado, que estes resultados só são possíveis com muito trabalho, com muita dedicação por parte dos atletas, aproveitando os inúmeros apoios que têm sido criados pela Região, não só através do Serviço Regional do Desporto, mas também através da palavra Açores, e que torna possível a participação desses atletas na sua afirmação a nível nacional e internacional.

E fazemos isso hoje com agrado, até porque hoje se dá a feliz coincidência do Daniel Moniz estar a disputar, na sequência desses resultados, o campeonato europeu. Desejamos-lhe boa sorte.

Obrigado.

Deputado António Toste Parreira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 40 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos dar continuidade à apresentação dos votos.

Eram 12 horas e 11 minutos.

Passamos agora para os Votos de Pesar. O primeiro é apresentado pelo Partido Socialista e é um Voto de Pesar pelo falecimento de Albano Salvador Almeida. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

**Voto de Pesar
pelo falecimento de Albano Salvador de Almeida**

Albano Salvador de Almeida e Sousa faleceu no passado dia 21 de maio, aos 81 anos de idade. Antigo presidente da Câmara Municipal do Nordeste e administrador florestal do concelho, o engenheiro Albano Salvador desempenhou um importante papel no pós 25 de abril, defendendo o povo e empenhando-se junto das novas autoridades políticas e administrativas dos Açores para conseguir apoios para o seu concelho.

Foi graças também à ação do engenheiro Albano Salvador que o Nordeste possui hoje em dia a maior zona florestal dos Açores. Esta atividade florestal intensa potenciou a criação de postos de trabalho, garantindo assim sustento a muitos nordestenses.

Como responsável pelos Serviços Florestais do Nordeste, ao Engenheiro Albano Salvador também se deve uma vasta ação de alargamento, abertura e correção de caminhos agrícolas e construção de bebedouros, de que o Nordeste tanto carecia.

Na sua atividade cívica foi cofundador e dirigente da Associação Equestre Micaelense e da Associação de Avicultores de São Miguel, fundador do Clube de Columbófilos, Presidente da Direção da Filarmónica Eco Edificante e benemérito do movimento escutista.

Recorda-se também que foi presidente da Cooperativa Agrícola Nordestense, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste, administrador da Herdade do Monte Simplício dos Botelhos de Nossa Senhora da Vida, da Casa Agrícola de Margarida Jácome Correia, da SOLEITE e de outras pequenas explorações agrícolas, pecuárias e suinícolas.

Em 2015, no decorrer das comemorações do Dia da Região, foi agraciado com a Insígnia Honorífica de Mérito Profissional.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 7 de setembro de 2017 emita este voto de pesar pelo falecimento de Albano Salvador Almeida e Sousa.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família do Engenheiro Albano Sousa Almeida e Sousa.

Horta, 7 de setembro de 2017

Os Deputados: João Paulo Ávila e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao falecimento do Engenheiro Albano Salvador Almeida e Sousa, o próximo Voto de Pesar é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Eng. Albano Salvador Almeida e Sousa

Albano Salvador Almeida e Sousa nasceu na Ribeira Grande a 9 de julho de 1935 e faleceu a 21 de maio de 2017.

Frequentou o ensino primário e secundário na Ilha de S. Miguel. Posteriormente, prosseguiu os seus estudos em Évora, formando-se como Eng.º Técnico Agrário.

Desenvolveu toda a sua atividade profissional nos Serviços Florestais, inicialmente como Administrador Florestal do Nordeste, tendo sido o grande impulsionador da florestação nos concelhos do Nordeste e Povoação, implantando um modelo de desenvolvimento de indústria florestal, mais tarde transportado para a generalidade das nossas Ilhas.

Desenvolveu trabalhos referenciados internacionalmente nas áreas da seleção e recolha de sementes de criptoméria para repovoamento, dois dos quais se destacaram pelos contributos para a construção do perímetro florestal do

Nordeste e para a instalação de florestas e pastagens de altitude noutras zonas do país e até do estrangeiro.

Foi Diretor dos Serviços Florestais de Ponta Delgada.

Exerceu o cargo de Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Nordeste e Vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Nordeste e dirigente da Cooperativa Agrícola do mesmo Concelho.

Foi cofundador da Associação Equestre Micaelense, da Associação de Avicultores de São Miguel e do Clube de Columbófilos dos Açores.

Em 2015, foi agraciado com a Insígnia Honorífica de Mérito Profissional.

Foi um prestante cidadão que obteve o reconhecimento e o apreço dos seus conterrâneos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Eng. Albano Salvador Almeida e Sousa, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, 7 de setembro de 2017.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento do escritor Mário Cabral. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

VOTO DE PESAR

Falecimento do escritor Mário Cabral

No passado dia 11 de agosto, os Açores perderam um brilhante pensador contemporâneo.

Mário Cabral, nasceu em São Mateus da Calheta, Angra do Heroísmo em 1963.

Aluno brilhante e professor de Filosofia marcou mais de 20 anos de alunos.

Filósofo lúcido e rigoroso. A sua tese de Doutoramento sob o título de "Via Sapientiae: da Filosofia à Santidade" foi um dos momentos mais brilhantes da sua carreira. Neste e noutros momentos, Mário Cabral revelou ser uma grande figura da filosofia, das letras e das artes açorianas.

Escreveu muito, toda a vida, e reescreveu, no processo nunca acabado de quem sabe ser aquele o seu destino. O legado literário de Mário Cabral, divide-se entre o ensaio, o romance e a poesia.

No ensaio, publicou "O Livro das Configurações" (2001) e "Via Sapientiae. Da Filosofia à Santidade" (2009). No romance, publicou "O Acidente" (2005) e "O Mistério da Casa Indeterminada" (2016).

Com o primeiro romance venceu o prémio John dos Passos (Madeira). O júri realçou a "excecional mestria estilística e genológica que se revela na

adequação de vários modelos de escrita às diversas situações, personagens e ambientes que dão corpo ao romance".

"Tratados" (2012) é um livro de poesia no qual Mário Cabral ensaia uma estrutura semelhante à do Livro das Horas dos cristãos, envolvendo-se em temáticas como o tempo e a salvação, o que mais uma vez sublinha a faceta religiosa do autor.

Muitas das obras de Mário Cabral estão traduzidas em inglês, castelhano e lituano.

Toda a sua obra é atravessada pela crítica à decadência do Ocidente, ao relativismo moral, à indistinção entre as condições masculina e feminina, à perda da transcendência, à falta de vontade do indivíduo na determinação da realidade, ao volume excessivamente alto do som da publicidade que não nos deixa escutar o tédio.

Nas suas múltiplas facetas, Mário Cabral dividiu a sua curta vida por outras várias atividades nas áreas da criação e do conhecimento, como é a sua faceta de pintor e a sua colaboração com a comunicação social, em especial com revistas literárias e de cultura.

Em Mário Cabral, como alguém escreveu – “a vastidão da pessoa era tão real que conseguia congrega em si e assumir, de forma tão perfeita quanto incontestável, características e valores que, para muitos, seriam inconciliáveis. Era um conservador moderno, era um homem de direita defensor de valores, muitas vezes, confundidos com a esquerda, era um contestatário de fé mais sólida que a rocha do seu São Mateus com quem parecia não conviver mas com quem vivia e se envolvia.” (Clélio Meneses)

O Grupo Parlamentar do PSD-AÇORES propõe um voto de pesar pela morte do açoriano Mário Cabral.

Que do presente voto se dê conhecimento à sua família.

Sala das Sessões, Horta, 07 de setembro de 2017.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e César Toste

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

(*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

O professor Mário Cabral é sem dúvida uma personalidade com grande valor académico, artístico e pedagógico. Professor Doutorado em Filosofia, escritor, pintor, com vários livros publicados na sua área e de cariz literário.

A sua morte prematura é obviamente uma perda que lamentamos e por isso associamo-nos a este voto.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se também ao falecimento do escritor Mário Cabral. É apresentado pelo CDS e tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário:

VOTO DE PESAR

Falecimento de Mário Cabral

Escritor, filósofo, pensador, pintor, cronista, comentador televisivo, professor, humanista e católico convicto, Mário Cabral deixou-nos demasiado cedo. Não sabemos ao certo o volume da obra que deixa inédita ou sequer se terá conseguido concluir a obra de uma vida, a “Casa das Tramóias”, o nome da sua casa, em São Mateus da Calheta, Concelho de Angra do Heroísmo.

Publicou o seu primeiro livro em 1996, quando vivia aqui no Faial. Um livro de crónicas – “Histórias duma Terra Cristã” – de edição de autor. Começou a editar em 2000, sendo o seu primeiro livro publicado com chancela, intitulado “O Meu Livro de Receitas”, doze poemas, um para cada mês do ano, onde se torna evidente a obsessão que tinha com o tempo.

No ano seguinte, a Campo das Letras publica o romance “O Livro das Configurações”.

Em 2005, foi a vez de “O Acidente”, história que começa com a morte de uma mulher à saída de uma igreja, distinguido com o Prémio John dos Passos para o melhor romance publicado em Portugal nesse ano.

Em 2006 defendeu a sua tese de doutoramento: VIA SAPIENTIAE: da Filosofia à Santidade, que, em 2009, vem a ser publicada em livro pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, cuja terceira parte intitulada “A Concretização do Reino” é dedicada à política.

Para Mário Cabral, a política à séria era uma questão amorosa, e cito: “...a certeza intelectual é sempre mais fraca do que esta interpelação urgente que sinto no fundo do coração e que me faz verdadeiramente homem. Nem tudo o que é racional é razoável, tal como nem tudo o que é possível é desejável”.

A profundidade e seriedade do seu pensamento e da sua espiritualidade contrastava, aparentemente, com o ar liberal do seu temperamento artístico. Aliás, Mário Cabral era uma síntese de contrários: racional e sensível; conservador e arrojado; cientista e religioso convicto, até o tema da sua tese de doutoramento reflete esta dualidade “Sabedoria e Santidade”.

Talvez, por isso, conversar com o Mário era um enorme prazer. Tinha a capacidade de falar de conceitos elaborados e complexos numa forma extremamente simples.

Quando confrontado com esta dualidade, afirmava que a sua personalidade, tal “*como uma árvore*”, possui as raízes profundamente vincadas na terra, mas com os ramos espalhando-se em busca de mais horizonte.

A ousadia do seu espírito inquieto e a sua rebeldia levavam-no a trocar percursos seguros e certos pelo risco e pela paixão de defender a sua própria visão do mundo.

Considerava a leitura um refinamento do gosto, e cito: “*Ler um livro é uma experiência em que todo o nosso ser é convocado, nada nos é dado, somos nós que temos que inventar as personagens, os cenários, o máximo exercício da inteligência*”.

A este respeito gostava de citar Descartes, no “Discurso do Método”: “*Ler é estar à conversa com as pessoas mais interessantes dos outros séculos*”.

Mas o que mais encantava no Mário Cabral era a elegância do comportamento, e isto não se prende com o uso correto dos talheres, e é bem mais do que dizer um simples “obrigado”.

Elogiava mais do que criticava, nunca usava um tom de voz superior e evitava assuntos constrangedores. Provavelmente, por isso, era o único professor que tinha a educação e as boas maneiras dos alunos entre os seus critérios objetivos de avaliação.

Detestava viajar, mas não obstante viver fisicamente na ilha, nunca se confinou às suas fronteiras.

Mário Cabral foi assim.

Nasceu em Angra do Heroísmo, em 1963, e morreu, na cidade-natal, este passado mês de agosto.

Não aparecia no YouTube, não tinha Facebook e raramente ia à televisão.

Cabe, pois, àqueles que tiveram o prazer e privilégio de o conhecer, a missão de divulgar a sua obra singular.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do escritor, filósofo, pensador, pintor, cronista, professor e humanista, Mário Cabral.

Deste voto deve ser dado conhecimento à sua família.

Os Deputados Regionais, Graça Silveira, Artur Lima, Catarina Cabeceiras e Rui Martins

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento do Catedrático Professor Doutor Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Membro do Governo:

VOTO DE PESAR

Catedrático Professor Doutor Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues

Faleceu, em Lisboa, a 13 de abril último, o Catedrático Professor Doutor Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues.

Natural de Aveiro, onde nasceu a 16 de maio de 1940, Britaldo Rodrigues foi um vulto na área das ciências geológicas em Portugal.

No domínio académico o seu currículo mostra uma grande excelência e distinção.

Licenciou-se em Ciências Geológicas pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, tendo feito, também aí, o seu doutoramento em Petrologia e Geoquímica.

Em 1979 foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para nomeação como professor catedrático.

Em 1995 recebeu o Doutoramento “Honoris Causa” na Universidade dos Açores.

Em 2016 foi eleito pela Academia de Ciências de Lisboa como seu Académico Emérito, posição raramente obtida naquela instituição nacional, e que dá prova da sua “grandeza” e destaque no domínio das geociências.

Além de autor de diversas publicações científicas, dezenas das quais sobre os Açores, participou em inúmeras missões de exploração vulcanológica.

Foi cofundador da Rede Europeia de Vulcanologia, “agregação” da qual resultaram diversos projetos de interesse nacional, frequentemente realçados em diversas academias europeias.

A ele, e à sua equipa, se devem muitos dos modernos trabalhos de cartografia vulcanológica dos Açores, bem como notáveis comunicações em revistas científicas internacionais sobre o Arquipélago.

A nível pessoal e social era conhecido e será lembrado como um homem que privilegiou, sempre, as relações cordiais com as pessoas.

Em termos profissionais apresenta um percurso vasto e riquíssimo, que o colocam num patamar diferenciado e digno de referência.

Integrou o grupo inicial para criação da instituição de ensino superior aveirense.

Foi vice-presidente e presidente da Sociedade Geológica de Portugal.

Foi Diretor Geral e Secretário de Estado do Ensino Superior.

Foi presidente do Instituto Nacional de Investigação Científica e reitor da Universidade Moderna de Lisboa.

Em 1983, a convite do então Reitor da Universidade dos Açores, José Enes, veio para os Açores para dirigir o novo departamento de Geociências da Universidade dos Açores, tarefa que desempenhou com reconhecida dedicação e empenho.

Nos Açores, por convite do Governo de Mota Amaral, ocupou a posição de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Geotérmica dos Açores e foi coordenador do Projeto Geotérmico de São Miguel, tendo, com a sua equipa, conseguido a proeza de recuperar o polémico projeto de uma anunciada falência, e sendo, portanto, uma figura insigne e impar neste projeto, hoje de sucesso.

Dotado de grande sentido de profissionalismo, elevada aptidão científica, mas também vocação política, Britaldo Rodrigues foi exímio e exemplar em todos os desafios a que se dedicou, tendo deixado um inegável legado ao País.

Aos Açores, em particular, deixa um incontornável contributo para a evolução dos estudos em matéria de geologia e vulcanologia.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Catedrático

Professor Doutor Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala de Sessões, 7 de setembro de 2017

Os Deputados Regionais: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e Catarina Chamacame Furtado

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Pesar.

Queria dizer que conheci pessoalmente o Professor Britaldo de Rodrigues e, efetivamente, aquilo que foi descrito aqui da sua personalidade corresponde inteiramente, mais do que à verdade, à justiça da sua obra, do seu trajeto, do seu percurso e também do contributo que deu, quer aos Açores, quer à ciência, em termos nacionais e internacionais.

Aliás podia mesmo dizer que ele é mais um dos homens que se inscreve na estrofe do Camões: “que pelas suas obras valerosas da lei da morte se vão libertando”.

O Professor Britaldo de Rodrigues, para além de ser uma pessoa de trato exemplar e de um trato afável, mas também rigoroso, era uma pessoa que privava, nas suas relações, os consensos e naturalmente também era uma pessoa de grande rigor intelectual e científico.

É por isso que quando foi a cerimónia do Doutoramento Honoris Causa, em janeiro de 1995, ele teve presente um dos mais insignes vulcanólogos mundiais, o Professor Haroun Tazieff, ele também, juntamente com o Professor Ávila Martins, que era outro professor daqui dos Açores, de São João do Pico. Eles próprios constituíam uma equipa de renome nacional e internacional que de

algum modo reconheciam também o valor e o mérito do professor Britaldo de Rodrigues.

É por isso que o Partido Socialista, com gosto e também com o conhecimento da sua personalidade se associa a este voto.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento do Dr. Francisco Luís de Sequeira Sampaio da Nóvoa. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

VOTO DE PESAR

PELA MORTE DO DR. FRANCISCO LUÍS DE SEQUEIRA SAMPAIO DA NÓVOA

Da Medicina e dos médicos talvez em Portugal, ninguém como Fernando Namora melhor descreveu e romanceou esta profissão. A sua obra Deuses e Demónios da Medicina resume esta tese do que a medicina foi através dos tempos, resumindo-a sempre a uma dimensão humana de que os médicos o serão sobretudo no exercício deste mister e sobre todas as coisas no humanismo e entrega ao bem comum.

Francisco Luís de Sequeira Sampaio da Nóvoa, nascido a 03 de novembro de 1924 na Freguesia de Matriz da Póvoa de Varzim, faz um percurso académico entre Coimbra, Lisboa e Porto, onde conclui a sua formação específica fixando-se depois permanentemente em Ponta Delgada no início dos anos sessenta do século passado.

Francisco Sampaio da Nóvoa pertenceu a este histórico recente da figura do médico que como símbolo generoso e altruísta bem podia ter sido um “João Semana” açoriano, porque sempre disponível para consultas domiciliárias a qualquer hora, faltando-lhe somente os predicados do personagem das Pupilas do Sr. Reitor, de Júlio Dinis, precisamente porque a discricção, a serenidade de carácter, a educação e bom trato, o fizeram um médico urbano, mas acessível a toda uma comunidade predominantemente rural, que o procurava e reconhecia pelas ajudas recebidas.

Multifacetado na sua prática clínica, numa altura em que ao médico competia dominar muitas áreas do conhecimento médico, torna-se Diretor Clínico da Casa de Saúde de São Miguel, Hospital da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, em 1961, instituição vocacionada para o tratamento das doenças mentais e dependências, neste caso predominantemente do abuso continuado do consumo de álcool, onde durante quase 45 anos ininterruptos exerce com dedicação e zelo estas funções; e integra o Serviço de Pediatria do antigo Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada, depois Hospital público de S. José onde trabalha até aos 70 anos de idade e por os ter completado no seu dia de Urgência, cumpre neste dia as suas 12 horas de serviço de urgência.

Estava-se na década de 60 do século passado, quando inicia as suas funções, numa altura em que a taxa bruta de mortalidade era de 10,70/00 e a taxa de mortalidade infantil de 77,50/00 nados vivos, em que as mortes por síndromes de privação do álcool eram frequentes, porque não existiam os meios atuais para o seu tratamento, em que a doença mental era estigmatizada e a

institucionalização extremamente frequente, em que a epilepsia era tratada com fracos recursos medicamentosos e sem meios diagnósticos complementares.

Quando no início da década de 80 tive a oportunidade e o privilégio de iniciar o meu estágio em Pediatria com o Dr. Sampaio da Nóvoa e o Dr. Homem de Gouveia, então os dois únicos médicos em serviço na Pediatria do Hospital de S. José em Ponta Delgada, apercebi-me da dureza do trabalho e capacidade exigida para aguentar uma taxa de internamento altíssima e uma mortalidade infantil que ainda o era de 24,3 o/oo em Portugal e nos Açores certamente mais elevada de que não possuo estatística.

Partilhamos a alegria nas altas que dávamos e a grande tristeza e o desânimo quando tínhamos nos braços um infante morto, inglória nossa, má sorte ou má sina destes e dos pais em sofrimento. Mas a sua serenidade e bom trato, davam-nos a força anímica necessária para o combate do dia seguinte.

Discreto, com uma grande resistência e capacidade de trabalho, manteve a Pediatria e a Neuro-psiquiatria de então como áreas de eleição para o seu exercício da medicina.

Em reconhecimento pela sua ação em benefício dos utentes e da Instituição, é-lhe prestada homenagem pública, sendo desde 07 de março de 1998, tal como o descreve em carta manuscrita; e cito, “com muita reverência e humildade Egrégio colaborador da Ordem dos Hospitais de S. João de Deus por bondade de Frei Pascual Piles superior Geral da Ordem, sendo-lhe erigido um busto em bronze no espaço público desta Instituição, para memória futura”.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 2007, agracia-o com a Insígnia Autonómica de Mérito Profissional, numa justa homenagem a quem dedicou a sua vida profissional intensa e multifacetada, mas com forte impacto na melhoria da assistência à pediatria e à doença mental e dependências.

Hoje, nesta mesma Assembleia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos regimentais aplicáveis, apresenta um voto de pesar pela sua morte, dando-se disso conhecimento à sua esposa, à Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, ao Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada e ao Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Médicos.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2017.

O Deputado: Dionísio Faria e Maia e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar, também referente falecimento de Francisco Luís Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa, é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Voto de Pesar

Francisco Luís Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa

Francisco Luís Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa faleceu no dia 6 de junho, aos 87 anos de idade, no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, vítima de doença prolongada.

Nasceu a 3 de novembro de 1924, na Póvoa de Varzim, formou-se em Medicina na Universidade de Coimbra.

Depois de um percurso profissional entre Coimbra, Lisboa e Porto, fixou-se no início dos anos 60 em São Miguel onde exerceu a sua atividade primeiro em Vila Franca do Campo, a trabalhar com o Dr. Augusto Botelho Simas, e depois no Hospital de Ponta Delgada e no seu consultório privado.

Sampaio da Nóvoa era um dos médicos mais conhecidos de Ponta Delgada, de São Miguel e, de um modo geral, dos Açores.

Era um médico querido entre os muitos pacientes que, ao longo de décadas, tinham nele confiança absoluta para encontrar soluções para os seus problemas de saúde.

No seu consultório, sempre no mesmo local e sempre sem qualquer ostentação, fazia dezenas de consultas por dia, a pessoas de toda a ilha, sem distinção de classes e a todos atendia do mesmo modo.

Tinha duas paixões e a elas se dedicou de uma forma muito especial ao longo da sua vida: o tratamento de crianças, quando a pediatria ainda dava os primeiros passos por cá, e a psiquiatria, o que o levou a que se dedicasse a casos de doentes vítimas da dependência de álcool e droga.

Em 1961, assume a direção clínica da Casa de Saúde de São Miguel, Hospital da Ordem Hospitaleira de São João de Deus, funções a que se dedica durante quase 45 anos de forma ininterrupta.

Integrou depois o Serviço de Pediatria do antigo Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada e continuou no Hospital de São José, onde trabalhou até aos 70 anos de idade.

Sampaio da Nóvoa será também recordado com um dos açorianos que durante várias décadas contribuíram expressivamente com o seu trabalho, arte e pensamento para a consistência da autonomia e a valorização da Região Autónoma dos Açores.

Embora natural do Continente, era açoriano de gema e amava os Açores como poucos e foi membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores no mandato de Ricardo Madruga da Costa.

Em 2007, foi agraciado por esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no dia da Região, com a Insígnia Autonómica de Mérito Profissional, uma distinção atribuída a cidadãos e instituições que se tenham distinguido, pela sua ação, em benefício da comunidade, neste caso concreto na melhoria da assistência à pediatria e à doença mental e dependências.

Foi um médico capaz de se adaptar às circunstâncias do seu tempo.

Foi um dos últimos médicos da chamada era romântica da medicina, porque com tantas carências e com tão fracos serviços de saúde, as dedicações médicas criaram verdadeiros heróis.

Ele é um deles. Sábio, humilde e desprendido.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Luís Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa, devendo dar-se conhecimento à Sua família, ao Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores, ao Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada e à Ordem Hospitaleira dos Irmãos de São João de Deus.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2017.

Disse.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi António Vasco Viveiros e Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento Edmundo Lima. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de Edmundo Lima

Edmundo Raposo Lima, empresário que faleceu a 17 de junho em Ponta Delgada, foi um lutador, um homem habituado a ultrapassar adversidades desde muito novo.

Natural do Nordeste cedo foi trabalhar para Ponta Delgada onde acabou por concretizar o seu sonho, que é também o sonho de muitos trabalhadores, de abrir o seu próprio negócio, ter as suas próprias lojas.

Fê-lo para cumprir um objetivo de vida e para criar riqueza, até porque isso lhe permitia ser solidário com os mais necessitados, outro dos seus sonhos: Criar riqueza para distribuí-la.

Assim com responsabilidade e espírito de servir passou a dedicar a maior parte do seu tempo à sociedade que o viu crescer, prestando relevantes serviços no campo social.

Destacou-se, principalmente, como um dos fundadores e o grande impulsionador dos Lyons Club em São Miguel e depois em várias outras ilhas dos Açores.

O movimento lionístico desenvolveu inúmeros projetos de apoio aos mais carenciados através de serviço comunitário voluntário que além das ajudas concedidas deu esperança e partilhou felicidade com muitos.

O seu trabalho à frente dos Lyons, nos Açores, alcançou tanto sucesso que Edmundo Lima foi eleito governador dos Lyons em Portugal e um dos principais dirigentes do movimento na Península ibérica, nunca esquecendo a sua terra natal e aproveitando as inúmeras oportunidades de promover os Açores. Também quis dar o seu contributo à Câmara de Comércio de Ponta Delgada de que foi vice-presidente.

Trabalhos voluntários e dedicados que é de reconhecer e que devem servir de exemplo tanto mais que, nos dias de hoje, estas instituições defrontam-se com inúmeras dificuldades em conseguir pessoas voluntárias, competentes, dedicadas e que desempenhem o seu trabalho de forma desinteressada e gratuita e que são essenciais para manter movimentos, clubes, instituições que têm papel importante apoiando a sociedade nos campos cultural, desportivo, social e outras dedicando-se em especial aos mais necessitados, aos jovens e aos idosos.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 7 de setembro de 2017 emita este voto de pesar pelo falecimento de Edmundo Raposo Lima.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família de Edmundo Lima, ao Lyons Clube de São Miguel, ao Governador dos Lyons de Portugal e à Câmara de Comércio de Ponta Delgada.

Horta, 7 de setembro de 2017

Os Deputados: André Bradford e Pedro Moura

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos passar então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se também ao falecimento Edmundo Raposo Lima, desta feita apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro Governo:

Voto de Pesar

Edmundo Raposo Lima

Faleceu, no passado dia 17 de junho, aos 79 anos de idade, Edmundo Raposo Lima, natural do Nordeste, cidadão empreendedor que se destacou em diversas atividades da sociedade micaelense.

Edmundo Lima, como era popularmente conhecido, foi um símbolo da cidadania ativa, quer contribuindo para o fortalecimento do tecido empresarial micaelense, quer na ajuda ao próximo, através de diversas instituições de carácter cultural, recreativo, desportivo, caritativo e, especialmente, no âmbito do movimento “lionístico”. Foi Presidente do Ateneu Comercial de Ponta Delgada e membro da direção do Banco Alimentar.

Edmundo Lima foi fundador do Lions Clube de São Miguel, tendo sido fundamental no desenvolvimento do “lionismo” nos Açores e no País, participando em múltiplas convenções nacionais e internacionais, nomeadamente nos Estados Unidos, tendo sido o único governador na Região que atingiu a presidência do lionismo em Portugal. Em 1992, Edmundo Lima foi governador do Distrito 115 Centro Sul do Lions Clube de Portugal.

A criação nos Açores de uma Delegação da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal – ACAPO - foi outra das batalhas de Edmundo Lima, que conheceram o sucesso.

Na sua vida profissional, Edmundo Lima destacou-se no sector do comércio, onde se iniciou em 1960, criando diversas empresas, tendo desempenhado as funções de vice-presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, reconhecendo a dimensão humana, empresarial e de cidadão ativo na ajuda ao próximo, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do senhor Edmundo Raposo Lima, do qual deve dar conhecimento formal à sua família, ao Lions Clube de Ponta Delgada, à Governadoria do Distrito 115 Centro Sul de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2017.

Disse.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não há. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo de Voto de Pesar refere-se ao falecimento do Dr. Adelino Dinis Dias. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro Governo:

VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DO DR. ADELINO DINIS COSTA DIAS

No passado dia 21 de junho faleceu o Dr. Adelino Dinis Costa Dias, aos 66 anos de idade, médico especialista em Medicina Geral e Familiar, sócio fundador da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar e ex-delegado da Associação, nos Açores.

O Dr. Adelino Dinis Costa Dias nasceu em Avô, freguesia do concelho de Oliveira do Hospital, e realizou os seus estudos na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde conclui o curso de Medicina em 1975, o curso

de Medicina Legal em 1976 e o de Hidrologia e Climatologia Médicas em 1977.

Em 1978 optou por vir para os Açores, onde se radicou nas Furnas e desenvolveu a sua carreira clínica no Centro de Saúde da Povoação.

Mais tarde, obteve a especialização em Medicina Geral e Familiar, por via da formação específica em exercício.

Foi orientador de formação durante mais de duas décadas e coordenador do Internato Complementar de Medicina Geral e Familiar nos Açores durante cerca de dez anos.

A par do desempenho da sua atividade clínica desempenhou, também, as funções de presidente da Associação para o Planeamento Familiar, Saúde Sexual e Reprodutiva dos Açores e foi diretor das Termas do Vale das Furnas.

Em 2012, concluiu a especialidade clínica de Medicina do Trabalho, que acumulou e desempenhou com as demais, e no passado mês de abril tinha sido nomeado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha do Corvo.

A par do desempenho profissional, o Dr. Adelino Dinis Dias teve uma intervenção cívica e comunitária com relevo, onde se destaca o ter presidido à direção da Associação dos Bombeiros Voluntários da Povoação e foi sócio fundador do Lions Clube da Povoação e do Clube Naval da Povoação.

Mais importante do que tudo isto era o reconhecimento e o apreço que as gentes das Furnas tinham por ele, a que se junta noutros tempos como nos mais recentes, as do Corvo, tendo deixado, com certeza, muita saudade a quem cuidou com tanto carinho, competência e humanismo ao longo das últimas décadas.

O Dr. Adelino Dinis Dias é e será sempre, sem dúvida, uma referência para a Medicina Geral e Familiar dos Açores, e um exemplo de médico e defensor

intransigente dos valores da Medicina Geral e Familiar, que tão bem soube desempenhar.

Deixa uma herança valiosa a todos os Médicos de Família que exercem atividade na Região Autónoma dos Açores, muitos deles, seus discípulos.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de setembro, a aprovação deste Voto de Pesar, o qual deve ser dado a conhecer à sua Família, à Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, ao Conselho Regional dos Açores da Ordem dos Médicos e à Delegação Regional da Associação Portuguesa dos Médicos de Medicina Geral e Familiar.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2017

Os Deputados: Domingos Cunha e André Bradford

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero associa-me a este Voto de Pesar. O Dr. Adelino Dias exerceu funções na Ilha do Corvo durante um mês. Tive a oportunidade de o conhecer e pude constatar o seu humanismo, a sua entrega à comunidade, o seu sentido de serviço à comunidade e um espírito muito solidário.

Foi de facto uma fatalidade, que fez com que não pudesse desenvolver a sua atividade durante mais tempo na nossa ilha e que tivesse sucedido este lamentável acidente.

De qualquer das formas, mesmo tendo desempenhado essas funções na Ilha do Corvo durante muito pouco tempo, eu tenho conhecimento que resolveu muitas

questões, que se empenhou em muitas questões e que teve um papel muito relevante na nossa sociedade e na nossa ilha.

Fica uma imensa saudade e quero aqui expressar um profundo pesar pelo seu falecimento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao falecimento do Dr. Adelino Dinis Costa Dias, o próximo Voto de Pesar é apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento do Dr. Adelino Dinis Costa Dias

Faleceu no passado dia 21 de junho, o médico Adelino Dinis Costa Dias.

O dr. Adelino Dinis, como era popularmente conhecido, fixou residência na freguesia de Furnas, concelho de Povoação, local onde granjeou a adesão do povo pela sua dedicação ao bem comum, enquanto médico de família, diretor das Termas do Vale das Furnas e, ainda como cidadão participativo nas diversas vertentes da vida social do Concelho de Povoação.

Adelino Dinis foi assistente graduado sénior da carreira médica de medicina geral e familiar do quadro do Centro de Saúde de Povoação desde 1999, tendo

iniciado as suas funções de médico daquele Centro de Saúde em 1979, e as de Autoridade de Saúde do Concelho de Povoação desde 1981.

O dr. Adelino Dinis exerceu as funções de perito médico-legal do Instituto Nacional de Medicina Legal, no Gabinete Médico Legal de Ponta Delgada, desde 2000.

Foi coordenador do Internato Médico de Medicina Geral e Familiar da Região Autónoma dos Açores desde janeiro de 2009.

Foi, ainda, orientador do internato Médico de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Povoação.

Desde 1 de maio do corrente ano, o dr. Adelino Dinis exerceu as funções de presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo.

Enquanto cidadão ativo e preocupado com o bem-estar das populações que com ele conviviam, o dr. Adelino Dinis prestou apoio psico-educativo ao grupo de toxicodependentes em recuperação “Caminho para a Liberdade”, e foi membro da Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Povoação.

Adelino Dinis foi, ainda, fundador do Clube Naval e do Lions Clube de Povoação, presidente da direção da Associação de Bombeiros Voluntários de Povoação, e membro do Secretariado da Delegação Regional dos Açores do Sindicato Independente dos Médicos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do médico Adelino Dinis Costa Dias, do qual deve dar conhecimento à sua família, ao Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel e ao Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Médicos e à Associação Portuguesa dos Médicos de Medicina Geral e Familiar.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2017.

Disse.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos encerrar o nosso PTAP e esta nossa manhã de trabalhos. Regressamos às 15H00 com a Agenda.

Eram 13 horas.

(Após o intervalo o Sr. Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Boa tarde, a todos, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Começamos os nossos trabalhos da parte da tarde com a **Apresentação do Projeto de Resolução n.º 51/XI**, apresentado pelo PPM, que prevê a

“Construção de um refeitório e fornecimento de refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”.

O artigo 81.º do nosso Regimento confere prioridade a esta apresentação e é por isso que na reunião plenária seguinte à sua apresentação tem de ser o primeiro ponto da Agenda.

Sendo assim o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem 10 minutos para apresentar a iniciativa. Depois, querendo, cada bancada dispõe de dois minutos para pedidos de esclarecimentos e depois o Sr. Deputado Paulo Estêvão terá também tempo para os responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou empenhado em corrigir uma injustiça que nos penaliza e envergonha. Os alunos da ilha do Corvo, mesmo os mais desfavorecidos, não têm direito a usufruir de uma refeição escolar. São os únicos do país a quem não lhes é reconhecido esse direito. Existe, inclusivamente, legislação regional e nacional que acautela o fornecimento de refeições escolares aos alunos carenciados durante as interrupções letivas e as férias escolares. A legislação mais progressista da nossa Região até já contempla a oportunidade de serem servidas refeições vegetarianas nas nossas escolas. Os alunos do Corvo não podem beneficiar de nada disto. Estão excluídos e segregados.

Trata-se de uma discriminação que dura há demasiado tempo. Os alunos do Corvo são crianças e jovens adoráveis, como todas as outras crianças e jovens do mundo. Vivem na derradeira fronteira entre a terra e o mar. Afastados de quase todos e de muitas coisas. De demasiadas coisas. Como todos os jovens têm a cabeça cheia de sonhos e utopias. São os filhos e os netos dos velhos camponeses corvinos que sobreviveram meio milénio num minúsculo mundo ocultado pela bruma e cercado por uma muralha de mar quase impenetrável.

Os jovens do Corvo são o tesouro de todos os corvinos e açorianos. As nossas crianças e jovens são uma espécie de últimos moicanos. A derradeira esperança de sobrevivência de um velho mundo em risco de extinção. É por tudo isto que a luta pela construção de um refeitório escolar na ilha do Corvo é tão emblemática e importante. Trata-se de reconhecer a todas as crianças açorianas os mesmos direitos e a mesma dignidade, com independência da ilha onde vivem.

Trata-se de corrigir uma injustiça gritante. Uma discriminação intolerável. A lei reconhece, a todos os alunos dos Açores, o direito de usufruírem de refeições escolares. Aos jovens corvinos é-lhes negado algo de que todos os outros já beneficiam. Porquê? São poucos? São diferentes? A Constituição e o Estatuto Político-Administrativo da nossa Região reconhecem-lhes menos direitos?

As crianças e jovens corvinos aguardam – todos os dias – que a consciência do poder político regional desperte em relação a este assunto.

Acredito e luto todos os dias pela construção de uma sociedade de oportunidades iguais para todos, na qual todos possam concretizar as suas aptidões e perseguir os seus sonhos. Uma sociedade de iguais que recompense o esforço e o mérito. Uma sociedade constituída por gente empedernidamente solidária. Uma sociedade em que o “Estado”, a “Região, ou qualquer outro ente público tenham como função principal redistribuir a riqueza, assegurar a justiça, promover a prosperidade e assegurar a igualdade real de oportunidades.

A melhor forma de tornar o mundo um pouco mais justo é concentrar-nos nas pequenas batalhas do dia-a-dia e persistir até que o nosso adversário reconheça a injustiça das suas ações. Temos de persistir sempre. Lutar sempre. Jamais desistir!

O Governo Regional chumbou aqui uma proposta que o PPM apresentou para que fosse construído um refeitório escolar e servidas refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira. O Governo Regional

refugiou-se na existência de alternativas cuja existência e viabilidade não se confirmam. A injustiça, a indignidade e a exclusão permanecem. Mais uma vez, os alunos da ilha do Corvo iniciam um ano letivo sem direito a usufruírem de refeições escolares. São os únicos a quem isto sucede no nosso país.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou absolutamente convencido que a situação de discriminação dos alunos da ilha Corvo se irá eternizar em relação ao não fornecimento de refeições escolares. Não posso aceitar que tamanha injustiça permaneça. Não consigo ficar de braços cruzados perante uma indignidade tão ultrajante.

A minha consciência não fica tranquila só porque apresentei aqui propostas que a insensibilidade de um Governo sem alma e sem sentido de justiça condena ao fracasso. Devo e posso fazer mais. Empenhar-me mais na resolução desta questão. Romper as fronteiras do bloqueio político.

Nessa medida, informo esta Câmara que a Representação Parlamentar do PPM e o meu Partido iniciarão, logo após as eleições autárquicas (para afastar qualquer suspeita de eleitoralismo), uma campanha, nos Açores e no resto do país, de mobilização cívica que alerte todas as pessoas de boa vontade para que esta situação ultrajante seja ultrapassada.

Deputado Artur Lima (PPM): Muito bem!

O Orador: Vamos fazer tudo – mas mesmo tudo – o que estiver ao nosso alcance para acabar de vez com uma situação que discrimina de forma chocante as crianças e jovens da ilha do Corvo.

Disse!

Deputado André Bradford (PS): E bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. O diploma entretanto... Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do Grupo Parlamentar do CDS é uma posição que considera a importância e a pertinência deste assunto, e apela à aplicação igualitária da lei regional. Logo, apela à construção de uma cantina, um refeitório, na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

Achamos que a posição já anteriormente revelada pelo Sr. Secretário de que ninguém fica para trás, aqui não se verifica, neste caso os alunos do Corvo acabam por ficar para trás e não são servidos da mesma forma que todos os outros alunos da Região.

Achamos também que é um apoio importantíssimo que é dado às famílias, pela existência desse refeitório, e é a garantia da disponibilização de refeições equilibradas, extensível também aos docentes e ao pessoal não docente.

Por isso achamos que este Projeto de Resolução é pertinente e deveria ter a melhor apreciação desta câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, perguntava-lhe se há alguma pergunta concreta que queira colocar, uma vez que este período é para pedidos de esclarecimento.

Pergunto se há alguma questão concreta a colocar ao proponente?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não, não tenho nada a questionar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, quando inicialmente pedi a palavra, a Sra. Presidente ainda não tinha feito a sua última intervenção, em que pediu ao Sr. Deputado que colocasse uma questão ou solicitasse um esclarecimento, uma vez que esta figura regimentalmente é assim que deve decorrer.

De qualquer maneira o Sr. Deputado antes fez uma intervenção de quase dois minutos em que transmitiu a sua opinião, ou a opinião do seu partido sobre a iniciativa, mas não fez pergunta nenhuma.

No nosso entendimento essa é uma completa violação do Regimento e do que é suposto acontecer num debate desta natureza.

Portanto, como ainda vamos no início e antes que outras bancadas tenham a veleidade ou a intenção de fazer a mesma coisa, nós gostávamos de deixar aqui o nosso reparo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, fica registada a sua interpelação.

De qualquer forma já tinha sido levantada pela Mesa a questão.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se bem entendi, Sra. Presidente, a pergunta é diretamente ao proponente, é feita diretamente ao proponente. E aquilo que eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão é, não havendo a certeza e a segurança de que os alunos do Corvo (alunos e as alunas), as crianças que estudam, têm uma cantina na escola, têm um refeitório, têm um local onde possam usufruir de uma refeição disponibilizada pela escola pública como é sua obrigação, a partir do

início deste ano letivo, onde é que essas crianças poderão fazê-lo e em que condições?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Esta figura regimental também prevê que as perguntas sejam todas colocadas primeiro para depois o Sr. Deputado Paulo Estêvão responder.

Portanto, terão que se inscrever já, caso haja ainda alguma dúvida.

Julgo não haver.

Então para responder, Sr. Deputado Paulo Estêvão dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é estranho que se esteja a discutir uma questão deste tipo em pleno século XXI, na nossa Região?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, mas estamos a discutir o diploma?

O Orador: Não é estranho que em 2017...

Deputado Francisco Coelho (PS): O que é estranho é que se queira fazer o debate de um diploma quando se está a fazer a apresentação da iniciativa!

O Orador: Mas há liberdade de expressão?

Eu tenho que fazer o enquadramento e responder à questão que me foi colocada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Paulo Estêvão, para responder tem dois minutos.

O Orador: Os senhores, além do refetório, também não me deixarem falar...

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta Casa da liberdade e da Democracia é importante...

Deputado Francisco Coelho (PS): É preciso ter votos, Sr. Deputado!

O Orador: É preciso ter votos!... E eu digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado,...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não pode interpelar outras bancadas. Tem que se cingir à resposta...

O Orador: Exatamente, mas estou a ser interpelado.

Presidente: ... à Sra. Deputada Zuraida Soares.

O Orador: Sra. Presidente, eu quero dizer-lhe que nesta questão é uma injustiça que permanece há 20 anos, tantos quantos o Partido Socialista está no Governo...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é essa a questão!

O Orador: ... em que se mantém uma desigualdade gritante em relação ao serviço de refeições...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: ... na Escola do Corvo. Aqueles alunos não podem...

Perguntava-me a Sra. Deputada Zuraida Soares, o que é que vai acontecer a partir do dia 13?

Aquilo que aconteceu nos últimos 20 anos! Os alunos do Corvo são os únicos...

Deputado Carlos Silva (PS): Que passaram fome!!!

O Orador: ... deste país que não têm direito e que não terão oportunidade de tomar refeições escolares no seu estabelecimento escolar. Não podem!...

Deputado Francisco Coelho (PS): Acabaram de fazer um requerimento de baixa à Comissão!

O Orador: Não lhes é facultada essa oportunidade.

Dir-me-á V. Exa.: bom, mas não faz qualquer tipo de sentido uma vez que até os alunos em períodos não letivos do resto das escolas da Região, já podem usufruir de refeições escolares, mesmo fora dos períodos letivos.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Também aí, Sra. Deputada, respondendo-lhe à questão, o que lhe devo dizer é que, evidentemente, nós, nem no período letivo, nem no período não letivo.

Nós nem refeições vegetarianas, nem não vegetarianas.

Nada!... É o que este Governo tem para oferecer.

Esta situação é uma situação ultrajante...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

... que nos envergonha a todos nesta Região e esta é uma luta que penso levar até ao fim, até que finalmente (finalmente!...) termine esta discriminação ultrajante.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está feita a apresentação do diploma.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Uma interpelação para pedir à Sra. Presidente para que explique à câmara, explique também a quem nos ouve, em que consiste a figura regimental que foi aqui utilizada...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh!... É a apresentação!

O Orador: ... pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, quais são os trâmites que enquadram esta figura regimental e qual é a consequência que é dada à proposta que foi aqui apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Agradeço-lhe que possa fazer essa explicação à câmara.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus!

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

De forma muito sucinta (aliás, fiz um enquadramento logo quando apresentei o ponto), a apresentação do diploma tem uma tramitação, uma norma regimental própria, que é o artigo 81.º do Regimento.

Tem que ser de um diploma que tenha dado entrada já nesta Casa, o que aconteceu ontem. Foi despachado para a Comissão especializada na matéria e agora segue a sua tramitação com emissão de parecer por parte da Comissão.

Esta figura serve apenas para apresentar a iniciativa e esclarecer as dúvidas que possam existir sobre a mesma.

Concluída que está a apresentação, vamos dar continuidade ao debate de ontem, nomeadamente do ponto cinco da nossa Agenda.

Estava inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda ontem acabou a sua intervenção dizendo que só não aprovava esta iniciativa quem não queria mudar as coisas ou quem não estava interessado em acabar com comportamentos de discriminação de género ou machistas.

Eu devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que pode haver pessoas que não vão aprovar a sua iniciativa, porque esta iniciativa, da forma como foi trazida ao plenário, não consegue acabar com as formas como estão a ser feitos os apoios à atividade desportiva.

Portanto, na sua iniciativa não consegue alterar a discriminação de género, desde logo, porque a sua iniciativa não engloba os apoios que são dados por contratos programas considerados de interesse público às equipas que nas suas t-shirts têm o nome da Região e que servem para promover o destino e essas,

sim, têm apoios claramente discriminatórios entre equipas femininas e equipas masculinas. Há discriminação sim.

As equipas de primeira divisão femininas são pagas com o mesmo valor que as equipas de segunda divisão masculina, e, portanto, há claramente aqui uma discriminação, mas que a sua iniciativa não cobre e além disso na sua iniciativa também não se consegue resolver a situação de que os apoios que são dados aos clubes e às instituições sejam depois distribuídos pelas equipas femininas e masculinas de igual forma.

Portanto, não pode vir aqui dizer que quem não vai aprovar a sua iniciativa é porque ou não quer alterar as coisas ou porque quer manter uma situação discriminatória e machista. Isso não é verdade.

A sua iniciativa não nos permite aprovar da forma como está feita.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, eu, ontem, na minha primeira intervenção, fiz uma pergunta simples que achava pertinente que tivesse sido respondida quando estive no uso da palavra, mas que não o fez.

Considero que essa resposta acaba por ser fulcral para percebermos o quanto, não digo redutor, mas que a vossa proposta apresentada, não serve de todo e não resolve os problemas de discriminação que poderão existir.

Ou seja, o Governo não atribui os prémios diretamente ao atleta, atribui os prémios ao clube e o próprio clube pode até decidir nem dar prémio aos atletas. Pode pegar nesse valor e achar que é mais prudente equipamentos para o clube, outros bens materiais que o próprio atleta e o clube possa e necessita para continuar a treinar e a continuar a obter melhores resultados. Isso é do âmbito e da esfera do clube.

Portanto, nisso nós não reconhecemos a vossa proposta, reconhecemos sim o princípio da igualdade e da necessidade de manter esse mesmo princípio ao nível de atribuição de prémios.

Mas lá está, remetemo-nos sempre para outro assunto, que são os prémios que são dados e atribuídos pela Secretaria Regional do Turismo, que nós abordámos aqui na apresentação do Programa do Governo e eu própria questioneei a Sra. Secretária sobre a discrepância que existe, e isso, sim, é discriminação, ao que ela me disse (acabadinha de chegar, e eu percebo) que não tinha ainda nenhuma ideia sobre o assunto e que ia averiguar a situação.

O que é facto é que em agosto do presente ano já foram divulgados os montantes a atribuir e mantém-se tudo da mesma maneira e aí, sim, há discriminação.

Deputado André Bradford (PS): Não há!

A Oradora: Há! Há! E vou dizer-lhe, Sr. Deputado André Bradford.

Basquetebol, que é a realidade...

Deputado André Bradford (PS): Vai dizer-me os valores?

A Oradora: Não, não!

Deputado André Bradford (PS): Eu conheço os valores!

A Oradora: Não, não! Não conhece!

Basquetebol, que é a realidade que eu conheço melhor: uma equipa de seniores masculinos que a nível de resultados da sua melhor época não ultrapassa os *playoff*. O que é que recebe? Cento e vinte e seis mil euros (126.000 euros!).

Deputado André Bradford (PS): Eu conheço os valores!

A Oradora: Equipa de basquetebol feminino, que foi vencedora da Liga e conquistou a supertaça, portanto, os escalões máximos da modalidade. O que é que recebe? Trinta e oito mil euros! Isto é discriminação nos valores atribuídos.

Deputado Francisco César (PS): Não é isso que está a ser discutido!

A Oradora: É óbvio que não é isto que está a ser discutido, é verdade.

Portanto, nós, PSD, reconhecemos o princípio que o Bloco traz aqui, mas não reconhecemos o conteúdo desta proposta e aquilo que consideramos importante é que de facto haja uma equiparação nos montantes atribuídos e vamos apresentar nesta Casa uma iniciativa para que a mesma ocorra.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Com especial apreço ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que eu sinceramente esperava que viesse a terreiro esclarecer a posição do Governo Regional, nomeadamente da sua Secretaria relativamente a esta iniciativa.

Infelizmente e dada a palavra à Sra. Presidente e a Sra. Presidente chamando a atenção para quem se quisesse inscrever temi que este debate ocorresse sem a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, o que seria no mínimo estranho.

Voltando e incidindo então na iniciativa que está em discussão, falou-se aqui ontem em mérito. Sim!... É importante o mérito. Deve ser reconhecido, quer esse mérito venha de homem ou de mulher.

Mas também é verdade que o mérito não consegue, infelizmente, romper com aquele que é o legado de uma sociedade que infelizmente ainda contém traços patriarcais, traços esses que levam a que tenhamos demonstrações de sexismo ainda hoje, mesmo que na sua forma mais atenuada, tal como referi ontem, razão para que se tenha aprovado quer, no nosso país, quer em diversos países da Europa, legislação que prevê medidas de discriminação positiva, não só no desporto mas em outros domínios, como por exemplo, no mundo laboral, no mundo empresarial, inclusive nos cargos de direção das empresas, nos conselhos de administração e também na participação cívica e política, por isso é que temos atualmente quotas nas listas para as várias eleições.

É por isso mesmo que muito recentemente foi aprovada legislação no nosso país para que os quadros dos conselhos de administração das empresas (e aqui estamos a falar de entidades que nem sequer são financiadas por fundos públicos, são empresas privadas), contivessem também uma quota reservada a mulheres.

Isso quer dizer que estamos a regredir no que diz respeito ao combate à discriminação em função do género?

Não! Estamos a progredir!

Essas são preocupações que não devem ser exclusivas dos países da restante Europa, também são preocupações do nosso país, e também (e por que não?) da nossa Região.

Por isso nós não estamos aqui a trazer a esta Casa um problema que não existe. É um problema que existe e trazemo-lo sob a forma de uma proposta que, tal como eu assumi ontem, pode até ser considerada redutora.

Agora o que é interessante é que no nosso país, a partir de 2018, e em alguns países da Europa, as empresas passem inclusive a ser penalizadas por não respeitarem as quotas respeitantes à presença de mulheres nos seus conselhos de

administração e por que é que uma medida como esta, que só pode ser acusada de ser redutora, previsivelmente não vai passar nesta Casa? É estranho.

Por isso mesmo, é que penso que existem outras razões que não são assumidas, e sabemos muito bem porquê, nesta Casa, mas que o Sr. Secretário tocou. Tocou nessas razões quando em declarações à comunicação social, depois da apreciação em Comissão desta iniciativa, veio nos dizer que “muitas vezes esses organizadores das competições são federações, algumas nacionais, outras incisivamente internacionais que organizam provas nos Açores, que dispõem de uma Autonomia própria na qual o Governo dos Açores não deve intervir”, salientou. O Secretário acrescentou que “algumas provas, nomeadamente provas internacionais que vêm ajudando nesta região e noutras regiões a alavancar o turismo têm as suas regras próprias, pelo que não lhe parece muito estratégico o poder público intrometer-se nessas áreas porque isso pode levar à deslocalização dessas competições tidas por relevantes, por exemplo, numa perspetiva turística, para outras regiões ou eventualmente outros países”.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que na nossa Região os interesses financeiros, associados ao turismo, são mais importantes do que a igualdade de género? É isso?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Mas já agora vou ajudar o Sr. Secretário, a ultrapassar este dilema, que é, como é que eu vou atender os interesses financeiros da Região associados ao turismo e mesmo assim promover a igualdade de género?

Todos nós sabemos que a nossa Região é reconhecida como sendo uma Região de natureza. Está intocada. Portanto, essa é uma imagem de marca que queremos passar a quem nos visita ou a quem nos poderá vir a visitar de forma a nos distinguir de outros destinos turísticos. É verdade e ainda bem que assim é e nós concordamos com essa postura e com essa imagem de marca.

Por que é que também a Região não adota o estatuto de ser uma Região que em termos desportivos não discrimina em função do género e, para começar, não discrimina quanto a prémios?

Sra. Deputada Mónica Seidi, tenho muito apreço por si de tal forma que trouxe a esta Casa, primeiro do que o Bloco de Esquerda, aquando da discussão do Programa do Governo, as suas preocupações relativamente a essa discriminação que existe no financiamento aos clubes desportivos.

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Esta proposta de facto não incide sobre esse problema. A sua reivindicação é mais avançada, sem sombra para qualquer dúvida.

Ora, mas quem diz que vai chumbar esta proposta porque é redutora, vai apresentar uma proposta que tem um alcance muito maior.

Bem vamos chegar ao ponto de nesta Região haver uma igualdade (vamos ver, se a vossa proposta vier a ser aprovada) na atribuição nos apoios aos vários clubes, mas os prémios continuarão a sofrer um tratamento de total desigualdade, os prémios atribuídos em competições.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar, porque já ultrapassou em muito o seu tempo.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente. Agradeço a sua tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu acho, pelo menos tenho a esperança, de que ninguém nesta Sala está contra os princípios gerais apresentados pela proposta do Bloco de Esquerda aqui em discussão.

No entanto, como já vimos por diversas intervenções nesta Sala, as mesmas propostas já estão plasmadas em legislação em vigor e como até o Sr. Deputado Paulo Mendes referiu a proposta do Bloco de Esquerda é redutora e, diria mesmo, é redundante.

Portanto, como referiram aqui já em várias intervenções antes de mim, a Lei de Bases do Desporto promove e incentiva a igualdade de género na prática desportiva e proíbe qualquer discriminação.

Deputados André Bradford e João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Na Região, o regime jurídico que vigora e que apoia o movimento desportivo até apoia, e com uma majoração, a prática desportiva feminina em 25% nos dois primeiros anos, como já foi aqui também referido.

Mas eu gostaria de ir mais além disso e de dizer que a história no ordenamento jurídico português relativa à igualdade e à não discriminação entre homens e mulheres é muito recente em Portugal e começou praticamente no ano de 1974. É muito recente, mas tem mais 25 anos do que o próprio Bloco de Esquerda.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tanta asneira!

A Oradora: Ou seja, o Bloco de Esquerda, nasce 25 anos depois de a luta pela igualdade de tratamento entre homens e mulheres começar.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o Bloco de Esquerda não nos dará lições, com certeza, nesta matéria.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Mendes (BE): Então não podíamos propor!

Deputada Zuraida Soares (BE): Tanta asneira!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer dizer que os mais novos não fizeram nada!

A Oradora: Não, não! Não quero dizer isso.

Deputado Paulo Parece (PSD): Há 10 anos a senhora não falava do PSD!

A Oradora: No entanto, desde 1974, muitos avanços houve no nosso país relativamente a esta matéria, nomeadamente à matéria que diz respeito à igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Deputados Ricardo Ramalho e Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: E grandes avanços teve entre 1974 e 1999, ano em que nasce o Bloco de Esquerda.

Nesta matéria o Partido Socialista não recebe lições.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas está a precisar!

A Oradora: Tem um grande património na matéria da luta pela igualdade,...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... do qual se orgulha muito.

Aliás, nas suas próprias fileiras, quer nos órgãos do partido, quer nas listas que vem apresentando...

Deputada Zuraida Soares (BE): Umas aulinhas faziam-lhe bem!

A Oradora: A Sra. Deputada está muito incomodada?

Deputada Zuraida Soares (BE): Com tanta asneira!

A Oradora: É porque a mim está a incomodar-me.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Se há algum respeito por esta Casa, a senhora tem que o ter. Estude primeiro, tenha umas aulinhas primeiro! É só asneira!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor. Peço-vos alguma calma.

Sra. Deputada Graça Silva faça o favor de continuar.

A Oradora: E estava a dizer que nesta matéria o Partido Socialista tem um património do qual muito se orgulha, quer nas suas próprias fileiras, onde dentro dos órgãos do partido, quer nas listas apresentadas nos diversos atos eleitorais tem sido exemplo para outros partidos.

Exemplo disse é exatamente aquilo que o Sr. Deputado Paulo Mendes referiu, que é a lei das quotas, a vulgarmente conhecida lei das quotas, aprovada na Assembleia da República e que impõe um equilíbrio da representação entre homens e mulheres nos órgãos das empresas públicas e nas empresas cotadas em bolsa.

É uma lei da iniciativa do Partido Socialista, é uma lei que foi aprovada na Assembleia da República e agora também não poderia deixar de dizer que me apraz ouvir o PCP nesta Casa dizer que infelizmente a nossa sociedade ainda considera o machismo uma prática normal e que as mulheres em 48 anos não tinham acesso a todas as profissões, mas a verdade é que o PCP na Assembleia da República votou contra a lei das quotas recentemente aprovada na Assembleia da República.

Também a título de curiosidade, o próprio PSD também se absteve,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso tem tudo a ver!

A Oradora: ... até não se querendo pronunciar sobre o que infelizmente ainda é uma prática no nosso país.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Muito bem!

A Oradora: Para finalizar, só dizer que o Partido Socialista concorda com a matéria aqui em discussão, que ela já está em vigor, quer por leis nacionais, quer por diplomas regionais e que o Partido Socialista tem um património, do qual muito se orgulha, ao longo dos anos, nomeadamente a partir de 1974, embora já antes também tivesse esta questão muito premente nos seus princípios de partido político.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Bloco de Esquerda visa a promoção da igualdade de género na atribuição de prémios em competições desportivas.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Não tínhamos dado por isso!

O Orador: Parte, entretanto, de um pressuposto errado,...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): O Governo fala agora quando o proponente já não tem tempo!

O Orador: ... no mínimo discutível, de considerar a prática desportiva nos Açores como palco de manifestações, de misoginia e de machismo, incompatíveis com o ordenamento constitucional e com o espírito do desporto. De resto, a imprecisão da terminologia gera dificuldades de interpretação, nomeadamente a definição de prémio, que não sabemos se se reporta exclusivamente à justa retribuição por algo de assinalável obtido por um qualquer atleta ou se se aplica igualmente a todos os apoios conferidos à participação desportiva.

Por acréscimo, confunde-se de ordinário o desporto federado com a atividade física desportiva correspondentes a realidades bem distintas.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres na prática desportiva vem sendo incentivada por diversa legislação nacional, desde pelo menos a aprovação de uma resolução na Assembleia da República em julho de 2010, encontrando-se igualmente estampada na própria Lei de Bases do Desporto que impede qualquer discriminação dos agentes desportivos a coberto da diferença de sexo, de raça e de religião.

Também nos Açores o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, o dito RJAMAD, de 2009, revisto em 2015, estimula a promoção da igualdade, por isso, a título de exemplo, os nossos atletas de alto rendimento e

os nossos jovens talentos regionais recebem um idêntico apoio, independentemente da modalidade e do género.

Mais do que isso, o nosso Regime Jurídico de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo encoraja a prática desportiva feminina através do estabelecimento de uma discriminação positiva.

Isto, aliás, já foi aqui referido por vários deputados, mas mesmo assim daria alguns exemplos:

Nos escalões de formação o apoio anual às atividades de treino e competição das equipas femininas beneficia de uma majoração de 25% nas duas primeiras épocas consecutivas de atividade. Na utilização de instalações desportivas geridas pelos serviços de desporto em caso de igualdade de solicitação confere-se preferência ao sexo feminino e aos escalões mais jovens e no cálculo dos apoios às Associações da Modalidade e de Desportos são sempre valorizados os indicadores relativos ao número de atletas femininos federados e às equipas e grupos de trabalho femininos.

Por tudo isto, nos Açores, no desporto federado, a taxa de participação feminina é superior à do demais país numa relação de cerca de 30% nas ilhas contra cerca de 25% no continente.

Nos Açores, à margem da tutela exercida pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, é natural que haja apoios à prática desportiva diferenciados consoante os níveis de competitividade e a popularidade de cada modalidade.

Reportamo-nos, por exemplo, ao futebol onde certamente os apoios concedidos às equipas das ligas profissionais diferem daqueles que se conferem às demais equipas em competições não profissionais.

Do mesmo modo, em diversas modalidades, tais como o automobilismo, o *trail run*, o surf, o bodyboard ou o ténis de campo, na disputa de provas internacionais admitimos a existência de práticas diferenciadas na atribuição de prémios, mas à luz de regulamentos de organismos internacionais autónomos.

No desporto, dada a relativa bondade das leis, reconhecida por todos, a promoção da igualdade passa mais pela pedagogia,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... e neste momento muito menos pela produção de legislação, sobretudo se resultar em demasiado intervencionismo do Estado contra a tradicional liberdade do associativismo desportivo.

Fui desafiado falar nesta tribuna pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, mas tinha a intenção obviamente de vir a fazê-lo. Todavia, uma das suas intervenções de ontem suscita-me um comentário que não posso deixar de aqui fazer.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Mendes, numa das suas intervenções, proferiu afirmações, no mínimo, fortes, eventualmente graves,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso agora é desagradável!

O Orador: ... a propósito de uma agremiação desportiva do Posto Santo, eventualmente a propósito do seu Presidente, órgãos sociais, não interessa que mais.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mais um processo!

O Orador: O problema, é um problema entre o Posto Santo e o Bloco de Esquerda e sobre isso eu não tenho, enfim, nada que me pronunciar, mas fez, o Sr. Deputado Paulo Mendes, algum envolvimento da Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da sua Direção Regional do Desporto, quando considerou que os nossos apoios serviram para a destruição de uma equipa feminina...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, pois serviram!

O Orador: ... e para a construção de uma equipa masculina. Isto não é verdade!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: O apoio da Direção Regional do Desporto à equipa de futsal feminina do Posto Santo que militava na Primeira Divisão implicou, como é normal, a celebração de um contrato-programa que contemplava a ajuda financeira, mas somente para viagens e apoios complementares (refiro-me a alojamento, alimentação, etc.).

Esse contrato-programa incluía, também como é óbvio, direitos e deveres, e entre os deveres, da parte do clube estava a obrigação da elaboração de um relatório anual com uma componente financeira.

Da análise do último relatório percebe-se que o Posto Santo gastou em viagens e em apoios complementares mais do que recebeu do Governo Regional dos Açores, logo parece que não terá sobrado dinheiro para desviar para outros fins. Neste momento, a equipa feminina registou uma descida de divisão, foi extinta, eventualmente, lamentavelmente, acredito.

Foi criada, ou está a ser constituída uma equipa masculina, mas ao contrário daquilo que o Sr. Deputado fez passar, essa equipa masculina não vai beneficiar dos apoios que beneficiava a extinta equipa feminina...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Vai beneficiar de mais!

O Orador: ... porque essa equipa masculina vai competir apenas nas provas de ilha. Essa equipa masculina, a prazo, e certamente a pulso, poderá um dia, se o alcançar, vir a receber um apoio semelhante àquele que a feminina efetivamente recebeu.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(* **Deputada Mónica Seidi (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, realmente estive a ouvir atentamente aquilo que disse. Foi bastante semelhante àquilo que também falou em sede de Comissão.

Realmente o senhor tocou aqui num assunto que até sai do âmbito do diploma, mas que eu vou ter que questioná-lo. Tem mesmo que ser.

Falou da taxa de participação desportiva nos Açores, que a taxa de participação desportiva feminina é superior nos Açores. É verdade, sim senhor, Sr. Secretário, é superior.

A minha pergunta é: que evolução tem tido essa taxa desde 2011? Esta é a minha primeira pergunta.

E mais!... Em sede de Comissão fiz-lhe duas perguntas que ainda pensei que me fosse responder,...

Deputado Paulo Parece (PSD): Não responde a nada!

A Oradora: ... nomeadamente, o universo de prémios atribuídos no desporto individual e que tipos de prémios, de facto, existem?

Finalmente, Sr. Secretário, analisemos então o Regime Jurídico de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo, no seu artigo 29.º, que diz assim:

“Majoração dos apoios complementares na atividade competitiva de âmbito nacional

1 - Os valores base unitários dos apoios complementares para participação em atividade competitiva de âmbito nacional dos desportos coletivos com regularidade anual de deslocações têm, de acordo com o nível competitivo, as seguintes majorações:

- a) Última divisão ou nível competitivo - 20%;
- b) Divisões ou níveis competitivos intermédios - 30% para o último dos níveis intermédios e 40% para o primeiro ou nível único;

c) Divisão ou nível competitivo superior único ou com duas divisões - 60%;

Finalmente,

“d) Divisão ou nível competitivo superior e com três ou mais divisões - 100%.”.

O que eu lhe pergunto muito diretamente, Sr. Secretário, é se o senhor tem conhecimento da majoração que atualmente é atribuída às duas equipas de basquetebol feminino que militam na Primeira Liga?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem inscrições, nem respostas!

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Normalmente não responde!

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Relativamente às questões que foram colocadas diria muito sinteticamente o seguinte.

É verdade que temos uma taxa de participação desportiva absoluta bem superior à média nacional. É natural, portanto, que isso se repercuta também numa maior taxa de participação desportiva feminina, como aliás acabou de reconhecer a Sra. Deputada.

Faz-me simplesmente a pergunta, qual é a evolução dessa taxa desde 2011?

Essa taxa, desde 2011, encontra-se relativamente estagnada porque atingiu já um patamar que não é muito fácil de ultrapassar. Se esse patamar fosse fácil de

ultrapassar, inclusivamente em termos nacionais, as nossas congéneres continentais também se aproximariam certamente de nós.

Relativamente a prémios atribuídos no contexto do RJAMAD, quer em modalidades individuais, quer em desportos coletivos, não tenho aqui informação, obviamente detalhada, mas relativamente a 2016 posso dizer-lhe que no que diz respeito a modalidades individuais nós atribuímos nos escalões de seniores, nos escalões de juniores, nos escalões de juvenis, nos escalões de iniciados 34 prémios, prémios obviamente bem modestos, porque somam no seu conjunto 660 euros e 44 cêntimos.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e da Deputada Zuraida Soares)

E nos desportos coletivos nós atribuímos na época de 2016/2017, 20 prémios no valor total, aqui mais elevado de 13 mil, 214 euros e 50 cêntimos.

Pergunta-me qual a majoração das equipas de basquete que participam nos campeonatos nacionais, nas duas primeiras series, que são aquelas que implicam a regularidade das deslocações em pormenor?

Neste momento não lhe posso dizer, mas se me fizer essa pergunta por via oficial ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Eu já fiz!

O Orador: ... tenho obviamente todo o gosto de o fazer por escrito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A pergunta já está feita, é só uma questão de dar a resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A taxa de participação desportiva nos Açores estagnou desde 2011 e infelizmente entre 2013 e 2014 desceu ligeiramente e depois veio a recuperar.

Penso que isso também se deve um pouco às políticas desportivas que têm vindo a ser aplicadas nesta Região, mas isso infelizmente é o que nós temos e é a realidade.

Em relação à última pergunta que fiz, já em sede de Comissão não fiz como pergunta, mas alertei, alertei como uma majoração indevida que estava a acontecer às duas equipas que militam na liga feminina. Isto porquê? Porque as mesmas equipas deveriam ter de facto uma majoração de 100% nas deslocações e a própria Federação Portuguesa de Basquetebol emitiu um parecer relativamente à época 2015/2016 que confere aos três níveis de competição e, portanto, deveriam ter acesso aos 100% de majoração no que concerne às deslocações, e não estão a ter. Estão a ter de 60%.

Infelizmente os clubes foram lesados em cerca de 7.000 euros, o que é bastante para qualquer clube e lamentavelmente não é isso que a lei diz, não é isso que está a ser, de facto, apoiado.

De facto, em relação ao valor dos prémios que me falou, os valores que aqui estão podemos achar que é pouco, podemos achar que merecíamos mais.

Infelizmente enquanto atleta de alta competição desta Região não tive nada. Portanto, já me teria contentado com 660 euros.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: A Sra. Deputada Mónica Seidi pediu a palavra para?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Para uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto no sentido de justificar a nossa abstenção.

Como já o disse, reconhecemos o princípio deste diploma. No entanto, não nos revemos no conteúdo, uma vez que até prova em contrário a DRD não impõem qualquer tipo de máxima sobre os clubes no sentido de dirigir qual o montante a atribuir entre ambos os sexos e até os clubes podem optar por nem sequer atribuir qualquer tipo de prémio.

Uma vez que vamos apresentar uma iniciativa nesta Casa para que seja garantida a equiparação na discrepância que existe relativamente à palavra Açores, optámos pela abstenção.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma declaração de voto tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda lamenta que o Projeto de Decreto Legislativo Regional que visava promover a igualdade de género na atribuição de prémios em competições desportivas, tenha sido chumbado nesta Casa.

A nossa proposta não tem como objetivo criticar qualquer atual legislação no país ou na Região, bem pelo contrário, apenas pretende dar um contributo à luta prolongada e difícil pela efetiva igualdade de género.

Isso mesmo foi percebido pelas diferentes e diversas entidades a quem foi pedido parecer escrito sobre a nossa iniciativa.

Nesta matéria, na matéria de igualdade de género, o conservadorismo vigente é o produto de séculos, de conceitos e de preconceitos, os quais continuam a estruturar o nosso subconsciente, tanto individual como coletivo.

No combate a este conservadorismo que tem na sua génese a estruturação patriarcal da sociedade, sabemos que não basta deixar o tempo rolar ao seu ritmo natural. É a própria história a provarmos que a evolução do processo legislativo tem sido e continuará a ser absolutamente essencial para consolidar, ampliar e antecipar os urgentes ganhos civilizacionais nesta área.

Também por isso, bem percebemos como a defesa do desenvolvimento natural do estado das coisas, tão reivindicado pela lógica conservadora, mais não pretende do que a manutenção do "*status quo*".

Bem percebemos como a defesa da meritocracia, que o mundo cada vez mais vem rejeitando, se insere tão bondosamente na referida lógica conservadora.

Não é por acaso que o número de países a integrarem no seu edifício jurídico quotas para os lugares de topo das empresas públicas e privadas têm vindo felizmente a aumentar.

Engana-se quem considera esta proposta do Bloco de Esquerda como uma manifestação da nossa pretensa natureza lunática, estratosférica, extraterrestre.

A igualdade de género, Sras. e Srs. Deputados, é um assunto muito sério. A igualdade de género é uma luta muito difícil que não começou recentemente no

nosso país, como infelizmente foi aqui afirmado por quem desconhece completamente a história.

A igualdade de género tem sido debatida por esse mundo fora e é nele defendida com iniciativas semelhantes à nossa, iniciativas propostas aliás por partidos da ala liberal, mas que mesmo assim assumem o combate à desigualdade de género como um fator determinante para uma sociedade mais feliz, mais próspera e mais justa.

O chumbo deste diploma é triste, de facto, mas não conseguirá desvanecer o ímpeto do Bloco de Esquerda na luta pelo progresso civilizacional também aqui na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, tal como não deixaremos de continuar a repudiar uma atitude de desresponsabilização na atribuição de dinheiros públicos que são de todos nós quando é dito “o dinheiro é dado aos clubes, eles que o gastem como muito bem entenderem”.

O dinheiro de todos tem critérios, tem regras e a igualdade de género é uma delas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS e os Governos do Partido Socialista têm muito orgulho de historicamente terem estado sempre na linha da frente na luta pelos direitos humanos e pela igualdade. Sempre!...

É um orgulho que qualquer socialista deste país sente.

Votámos contra por dois motivos muito simples: porque esta proposta não colmata aqueles que parecem ser os reais motivos da apresentação da proposta; e o segundo motivo é porque o Bloco de Esquerda não percebeu isso.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na discussão que se realizou nesta Câmara ontem sobre esta mesma iniciativa, o PPM teve a oportunidade de dizer que este não é um problema que afeta a sociedade açoriana e que seja muito relevante em termos das questões que aqui o Bloco queria colocar, que é a igualdade de género ou a dignificação da mulher.

Há, de facto, problemas na sociedade açoriana, como por exemplo a violência doméstica, em que temos taxas altíssimas de violência doméstica, superiores à média nacional e, aqui, sim, esta é uma questão bastante relevante e esta questão era essencial.

Também temos evidentemente problemas graves no âmbito da inserção da mulher no mundo do trabalho. Esta também é uma questão muito relevante.

Eu considero que é em relação a esta luta pela dignificação da mulher e também pela igualdade de género que devemos centrar-nos em problemas reais, em problemas que existem de facto.

Nestas questões o PPM centra-se na sua resolução.

Devo dizer também, para terminar, que nestas questões da igualdade de género, é curioso que um partido conservador como o nosso pode fazer referência à nossa história, encontrar durante a Monarquia vários chefes de Estado do sexo feminino. A mesma coisa não podemos dizer em relação a esta República com mais de 100 anos.

Presidente: Sr. Deputado... Eu ia alertá-lo para a declaração de voto que deveria ter feito, mas vejo que já terminou.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Julgo que não. Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto seis na nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 6/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018”**, apresentada pela Mesa desta Assembleia.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da Assembleia foram elaborados pelos serviços deste Parlamento, sob supervisão do Conselho Administrativo e recebeu o parecer favorável quer da Mesa, quer da CAPAT, que é a Comissão que analisa quer o Plano de Atividades e Orçamento, quer a Conta desta Assembleia.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para se inscrever? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão a minha discordância é conhecida. Tem a ver com a questão das subvenções vitalícias. O PPM discorda profundamente da sua sobrevivência e da despesa enorme que significa para a nossa Região continuar a sustentar as subvenções vitalícias.

Eu devo dizer que é muito curioso e vejo várias vezes em várias tomadas de posição públicas, até muito recentes, em que se elogia as classes políticas da década de 80 e 70, que essa é que era boa, mas essa classe política foi a que criou um regime de privilégios em que tinham, na prática, uma reforma antecipada ao fim de oito anos (e depois doze) de desempenho de atividade parlamentar.

Portanto, essa é que era a classe política boa que criou um regime de privilégios que afundou o país e que provocou problemas graves ao conjunto do país e também às regiões autónomas, e como se vê tem o seu reflexo no nosso orçamento.

Por isso eu não posso estar de acordo (e discordo) com esta proposta exatamente porque contempla uma despesa que considero imoral e ilegítima.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor acha que não se deve cumprir a lei! É de uma demagogia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Os debates mais recentes que tivemos nesta Casa sobre a proposta de Orçamento do nosso Parlamento têm garantida uma intervenção em debate, ao contrário do que era antes habitual.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não pode ser?

O Orador: Eu não estou a dizer que não pode ser. Eu estou a dizer o que é que acontece.

Essa intervenção ou é feita apenas pelo PPM ou é feita pelo PPM e mais algum outro partido e refere-se sistematicamente à questão das subvenções vitalícias.

O protesto que eu imagino que o Sr. Deputado Paulo Estêvão quer vincar é com certeza contra o Tribunal Constitucional, e deixa no ar, porque foi o Tribunal Constitucional que considerou como direitos adquiridos essas subvenções

vitalícias e, como tal, obrigou a que se repusesse o pagamento dessas subvenções.

Portanto não será, presumo, nunca, uma contestação à própria proposta do Orçamento, uma vez que o Parlamento vê-se obrigado, por interpretação judicial (e vivemos num Estado com separação de poderes), a cumprir esse ditame do poder judicial.

Agora é bom que isso não sirva todos os anos para dar razão àqueles que demagogicamente contestam a existência deste Parlamento, a nossa atividade parlamentar, que nos acusam de termos um conjunto de privilégios que os cidadãos não têm.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista e a bancada parlamentar do Partido Socialista não vai alimentar um debate desta natureza nem aceitar que isso aconteça sem vincar a sua posição.

As subvenções vitalícias terminaram neste país em 2005.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não terminaram!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não terminaram, não. O senhor ainda vai receber!

O Orador: Isso é mentira, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: É mentira, Sr. Deputado!

Eu então vou fazer um pedido ao Sr. Deputado: o Sr. Deputado vai fazer o favor, pois sei que já se inscreveu, porque eu vi, na sua intervenção, de fundamentar isso que disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando é que entrou para a política?

O Orador: Eu agradecia, porque isso não é verdade.

Portanto, as subvenções vitalícias acabaram em 2005. É isso que as pessoas têm que saber. Esse sistema já não existe.

O que se está a pagar foram os direitos adquiridos até 2005 e isso não tem diretamente nada a ver com a proposta que nós estamos a apreciar, nem com a nossa atividade neste Parlamento, nem com a forma como somos remunerados neste Parlamento.

Quando qualquer um de nós que aqui está terminar o seu contributo cívico e a sua atividade político-parlamentar, não beneficiará desse sistema.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade! Não é qualquer um de nós!

O Orador: Eventualmente. Mas agora isso já não existe.

Portanto, é bom que as pessoas saibam disso. E digo-lhe mais, Sr. Deputado, e já termino:

Esse tipo de discurso em que o senhor acha que lhe dá um votinho ou outro...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não dá voto nenhum!

O Orador: ... daqueles que gostam de fazer demagogia, é altamente lesivo da atividade parlamentar, da imagem desta Casa, e do esforço que todos nós fazemos para dignificar a atividade política.

Portanto, oxalá (tenho grande esperança que reconsidere) que esta tenha sido a última vez que V. Exa. aproveitou para fazer demagogia com esta história.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Demagogia?

O Orador: E a demagogia é tanto maior quando V. Exa. é representante de um sistema de governo...

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: ... que é vitalício por natureza.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

É que o seu sistema de governo, uma pessoa é rei e é rei para toda a vida, Sr. Deputado. Privilégio maior do que esse, eu não conheço.

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): É verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ia intervir nesta matéria apenas em declaração de voto, justificando aquela que será a posição do CDS nessa matéria, como aliás já foi no outro Orçamento, como as Sras. e os Srs. Deputados bem se lembram, não só pela substância em si, mas sobretudo por uma coisa que nós achamos essencial.

Não questionando a validade do Tribunal Constitucional... Aliás é engraçado que o senhor tenha feito essa referência, que o senhor também já discordou aqui de outras posições do Tribunal Constitucional, aceita mas não concorda. Portanto, eu também aceito, mas não concordo com essa posição do Tribunal Constitucional, mas é a lei...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas não aceita!

O Orador: ... e cá estamos para a cumprir.

Mas o que eu pedi da outra vez, como bem se lembra e que acho que era útil para todos nós, pela transparência das coisas, para ser um processo transparente, Sr. Deputado, porque o Sr. Deputado com certeza defende a transparência desta Casa, é que no Orçamento viesse discriminado o que é que se paga de subvenções e não vem.

Deputado André Bradford (PS): Mas nós temos uma proposta para isso!

O Orador: Mas neste Orçamento não está. Portanto, leva-nos à abstenção nessa matéria.

Agora, Sr. Deputado André Bradford, eu quando disse isso, disse que V. Exa. teria também direitos adquiridos, presumo eu.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: E quem efetivamente ainda está no exercício de funções políticas, não saiu e já exerce até 2005, não perdeu direitos. Portanto, quando sair vai ter direito a 2% ao ano, até 2005, porque são direitos adquiridos, Sr. Deputado André Bradford.

Se começou em 96, tem nove anos de direitos adquiridos.

Eu não sei quando é que V. Exa. começou. Começou em que ano então, diga-me lá?

Deputado André Bradford (PS): Em 2004!

O Orador: Em 2004. Então tem um ano.

Deputado André Bradford (PS): Não tenho nada!

O Orador: Ah, não tem nada. Eu julguei que tinha. Peço-lhe desculpa. Eu julguei que tinha exercido então e que estava há mais tempo. Mas foi Membro do Governo. Então eu confundi a sua eleição.

O que eu queria dizer então e explico-me (eu vou então, Sr. Deputado, se me permite, e de boa-fé, explicar-lhe aquilo que queria dizer), porque confundi-me, julguei que o senhor estava aqui há mais tempo.

Quem foi eleito e tem direitos adquiridos até 2005, e ainda esteja no exercício de funções, vai ter direito até 2005, de 2% ao ano, até 2005, quando sair das funções e chegar aos 60 anos e à idade de adquirir essa subvenção.

Portanto, quem tem direitos adquiridos continua a mantê-los até 2005.

De 2005 para a frente, obviamente não tem.

Foi isso que eu quis dizer, e é isso que eu digo e reafirmo. Portanto, ainda há gente nesta Casa que vai receber. Ainda há gente nesta Casa que vai receber subvenção. Se ela é grande, se é pequena, se é maior, se é menor, o que eu disse e reafirmo (Sr. Deputado, não sendo o seu caso, nem o meu) é que há gente

nesta Casa que ainda vai receber a subvenção. Foi isso que eu quis dizer e digo e reafirmo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o Sr. Deputado Bradford falar e estar contra os privilégios da classe política é ser demagogo. Eu vou dizer-lhe o seguinte:

“E o senhor ainda por cima quer condicionar a minha opinião. – dizia o senhor. Que seja a última vez...”

Deputado André Bradford (PS): Oxalá! Oxalá!

O Orador: ... que o senhor aqui fala nisto.”

Deputado Francisco César (PS): Oxalá!

O Orador: Eu vou dizer-lhe, Sr. Deputado, não é a primeira nem será certamente a última. Esta é apenas uma das muitas que antecede aquelas que se vão seguir.

Eu quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado:

É por isso que do ponto de vista político o nosso sistema está desacreditado, é porque a sua intervenção vem aqui sustentar a continuação do pagamento das subvenções.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: O senhor está a favor das subvenções vitalícias, como o senhor também esteve a favor, e vou distribuir nesta câmara um artigo seu, do sistema monárquico que o senhor agora veio condenar.

Eu vou distribuir nesta câmara ainda hoje um artigo seu em que o senhor se mostra como apoiante da monarquia constitucional.

E vou dizer-lhe uma coisa (mas há uma diferença fundamental): este sistema, que é apenas o sistema mais progressista da Europa – e é por isso que países

como a Suécia, como a Holanda, a Bélgica, a Dinamarca, a Noruega, a Grã-Bretanha, são sistemas monárquicos – tem uma diferença fundamental, é que a rainha com 90 anos, a Rainha da Inglaterra, continua a desempenhar as suas funções. Portanto, recebe.

Agora o que é estranho, é que alguém como o José Sócrates, corre o risco de vir a receber uma subvenção vitalícia na prisão.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Francisco Coelho (PS): Também quer julgá-lo agora, Sr. Deputado?

O Orador: Desculpe, é uma possibilidade e penso que bastante evidente.

Portanto, aí é que, Sr. Deputado, não me parece correto. Quem desempenha as suas funções recebe uma retribuição nesse sentido. Agora ser pago por ter exercido funções há 20 anos ou 30 anos, durante 8 ou 12 anos, e estar na prisão, que é uma possibilidade...

Deputado Francisco Coelho (PS): Também vai acontecer com o Sr. Ministro Macedo, não é só com o Sócrates!

O Orador: ... com as acusações que são públicas, e estar a receber a subvenção vitalícia na prisão...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, vamos voltar para o assunto.

O Orador: ... eu acho que isso aí é o cúmulo da demagogia, aí é que evidentemente a população queixa-se.

O senhor diz, os senhores são todos uns demagogos, todos os que se queixam da subvenção vitalícia.

Eu pergunto: então gente que trabalhava uma vida inteira, gente que trabalhava 40 anos e que depois recebia uma reforma miserável, acha que é demagogo dizer que os políticos, que até recebem um bom vencimento, receber uma subvenção, uma reforma antecipada, depois de ter trabalhado 8 anos ou 12 anos a receber muito acima da média da população, acha que isso é aceitável? Acha que isso é demagogia?

O que eu acho que é demagogo, o que eu acho que ataca a democracia são os privilégios dos políticos e são os privilégios de alguns que até são bens remunerados em relação a todos os outros. Isso é que destrói a democracia, isso é que destrói o sistema parlamentar e isso é que prejudica o profundamente o sistema parlamentar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Obviamente eu não vou alimentar um debate que eu próprio na minha intervenção inicial...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor fez uma intervenção!

O Orador: ... considere prejudicar a consideração que as pessoas podem ter sobre a atividade parlamentar, as suas instituições políticas, e, portanto, longe de mim, alguma vontade de dar lastro ao discurso do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Mas há duas notas que eu gostava de fazer: a primeira foi o facto do Sr. Deputado Artur Lima, e em diálogo, termos chegado à conclusão de que eu não tenho direito a receber subvenção. Era só para que ficasse bastante claro, porque a gente sabe o aproveitamento que fazem de algumas das coisas que se dizem aqui.

Em segundo lugar, o que eu disse, Sr. Deputado, e que fique muito claro, foi – eu até invoquei o *Sublime* e o *Supremo* para me ajudarem a que Sr. Deputado não repita esse tipo de intervenção da próxima vez em que se discutir esta matéria – “queira Deus”, “oxalá”.

Oxalá o Sr. Deputado não diga outra vez a mesmas coisas que disse desta vez e isso não é condicionar de forma alguma o seu discurso ou o seu posicionamento

político. Está perfeitamente à vontade, mas eu também estou perfeitamente à vontade para continuar a considerar que isso que o senhor faz é um péssimo serviço ao Parlamento dos Açores, é um péssimo serviço ao Estado e à consideração que as pessoas têm pela democracia existente na Região. E, portanto, contra isso também tenho o direito, e a nossa bancada tem o direito, de manifestar a sua opinião. Fá-lo-á de todas as vezes que V. Exa. repetir o discurso que aqui fez.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, (não tem Membros do Governo neste momento na Sala):

Sr. Deputado André Bradford, o senhor pode discordar de mim. Isso é democracia, isso é liberdade.

O que eu não lhe autorizo é que me chame de demagogo porque eu penso de forma diferente.

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que eu disse!

Deputado Francisco César (PS): Ele não lhe chamou demagogo!

O Orador: O que eu lhe quero dizer, quando o senhor diz...

Quem pratica a demagogia é o quê?

Quer que eu vá buscar um dicionário, Sr. Deputado Francisco César?

Eu não lhe posso permitir – esses são os insultos – que dirija insultos àqueles que pensam de forma diferente do senhor, porque o Sr. Deputado nunca me viu insultá-lo por o senhor pensar de forma diferente. E o senhor até há poucos anos pensava da mesma forma que eu.

Entretanto alterou o seu pensamento político, mas agora vou dizer-lhe, eu nunca o insultei por o senhor pensar de forma diferente. Agora, o que eu acho que lhe vou dizer é, sabe o que é que é um insulto ao Parlamento?

Um insulto ao Parlamento são estes privilégios (é do que se fala), são estes privilégios que se mantêm...

Deputado André Bradford (PS): Eles já acabaram Sr. Deputado!

O Orador: ... e que nós estamos aqui a pagar milhões para gente que já deixou de desempenhar estas funções. Mas porquê? Explique-me!

Explique-me como é que se justifica um sistema de privilégios destes? Como é que se explica?

Eu não posso estar de acordo, Sr. Deputado André Bradford. Eu não posso estar de acordo! Eu estou contra a manutenção deste sistema de privilégios. Tenho que o dizer no Parlamento e tenho que o dizer porque é a minha opinião. É a minha opinião, é a opinião de muitos.

Ao contrário de si, eu não estou dependente da boa vontade do eleitorado muito vasto, e tudo isso. Não o tenho.

Eu estou dependente é da minha convicção e a minha convicção é que as subvenções vitalícias são imorais, injustificadas e isso, sim, a sua manutenção é que desprestigia a democracia, porque as pessoas reparam que os seus representantes legislam criando prerrogativas que os beneficiam.

Acha normal que os políticos na década de 80 ou 90 tenham criado uma legislação que lhes beneficiava em relação a todos os outros cidadãos? Acha isso normal? Acha que isto é que servia a Democracia?

Acho que isto é desprestigiou o sistema democrático e isto é provocou a decadência do sistema democrático, foi a criação de privilégios injustificados da classe política que legislou a seu favor nesta matéria, desprestigiando profundamente o sistema democrático.

Deputado João Vasco Costa (PS): Os reis têm poucos privilégios!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos a um quarto para as cinco.

Eram 16 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 57 minutos.

Vamos então continuar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto sete da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio – Regime Jurídico da Gestão dos Imóveis do Domínio Privado da Região Autónoma dos Açores”**.

Este Projeto de DLR é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que está em discussão tem um caráter muito simples. Este Projeto de Decreto Legislativo Regional altera o Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio, que diz respeito ao Regime Jurídico da Gestão dos Imóveis do Domínio Privado da Região Autónoma dos Açores.

As alterações que propomos visam aproximar o nosso regime jurídico do regime jurídico que está em vigor a nível nacional. Mantemos a flexibilidade que a regulamentação regional criou. Não alteramos e não mexemos nessa matéria, mas criamos a obrigatoriedade de o Governo apresentar anualmente ao Parlamento dos Açores.

A nossa proposta inicial pressuponha que este relatório, que esta informação, seria apresentada trinta dias após o fim de cada ano civil. Em comissão, o Vice-Presidente do Governo Regional referenciou que essa data não era uma data praticável e evidentemente a Representação Parlamentar demonstrou abertura para realizar a alteração da proposta no sentido de, em vez de essa obrigatoriedade prever um prazo de 30 dias, passar a incluir aquele que ao Governo parecia um prazo razoável, que são os tais 90 dias. Por isso apresentámos uma proposta de alteração nesse sentido.

Se esta legislação for aprovada, então o Governo Regional passa a apresentar anualmente a este Parlamento a seguinte informação:

1- Um relatório sobre a aquisição, oneração e alienação de imóveis de domínio privado da Região e dos institutos públicos regionais.

2 – De igual modo será presente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um relatório sobre a cedência, o arrendamento e alocação financeira de bens imóveis.

Os relatórios referidos nos números anteriores devem conter as seguintes informações:

- identificação e localização dos imóveis,
- o valor da avaliação dos imóveis,
- o valor da transação dos imóveis,
- identificação dos contratantes.

Na e), o valor das rendas pagas pelos bens imóveis tomados de arrendamento pela Região discriminadas por departamento governamental e pelos institutos públicos regionais. O valor das rendas recebidas pelo arrendamento de bens imóveis do domínio privado da Região; o valor dos contratos de locação financeira de imóveis celebrados pela Região discriminados por departamento governamental e pelos institutos públicos regionais.

Este conjunto de informação, que é a informação que a Assembleia da República já recebe, acrescida, é mais completa, a nossa legislação passa a ser mais completa sobre esta matéria, podemos dizer que passa a ser mais transparente na medida em que também os rendimentos passam a ser uma informação fornecida a este Parlamento e, por via dele, ao conjunto da cidadania nos Açores.

Eu considero que esta proposta (e o Governo Regional já demonstrou abertura para a considerar válida, em sede de Comissão, pela voz do Sr. Vice-Presidente em Comissão), esta legislação, permite um grande grau de transparência em relação a esta matéria.

O que nós estamos a falar (e eu tenho aqui o requerimento que fiz sobre os arrendamentos e neste caso específico, os arrendamentos), é de um conjunto de arrendamentos, pela informação que me foi fornecida, que soma uma despesa anual que ronda um milhão e 200 mil euros.

Portanto, é uma despesa bastante significativa.

Evidentemente que tem existido ao longo destes anos por parte da República um conjunto de normas, um conjunto de normas de gestão e de princípios de

gestão que visam otimizar a gestão desta matéria por parte do Governo da República.

Eu também olhando para o conjunto de contratos e os respetivos valores que me foram referenciados e que estão ao alcance de todos, porque isto é uma informação disponibilizada no site da Assembleia, olhando para estes valores, evidentemente eu também acho que é possível otimizar aqui os nossos recursos e evidentemente é possível utilizar o património da Região para ir localizar serviços da Administração Regional que poderiam funcionar em património da Região, evitando o pagamento de rendas e, portanto, diminuindo a nossa despesa nesta matéria.

De qualquer das formas, evidentemente que todas as forças parlamentares a partir do momento em que tiverem um conhecimento anual desta matéria e do conjunto de valores que estão a ser praticados, poderá obviamente realizar o exercício de propor, ou de sugerir uma alteração, no sentido de otimizar esta gestão de recursos.

A questão da transparência também é uma questão fundamental. Como bem sabem, há um conjunto de parlamentos. Por exemplos, nos parlamentos autonómicos, há quatro ou cinco anos, esta foi uma questão que foi bastante discutida e origem de vários escândalos, nomeadamente porque os partidos governamentais tinham, os partidos não, os governos tinham realizado contratos com políticos muito próximos do partido governamental.

Portanto, esta matéria, com esta transparência, que, repito, o Governo Regional aceitou, permite que de facto, possa existir aqui uma verificação, uma monitorização permanente, anual, deste conjunto de contratos que são realizados por parte do Governo Regional.

Portanto, penso que é um bom avanço do ponto de vista da transparência da democracia açoriana e é um bom contributo para que a cidadania tenha um

conhecimento mais profundo, como é que vão ser desenvolvidos, como é está a ser feita a gestão dos interesses da Região também nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma intervenção, também para participar neste debate no âmbito da proposta aqui apresentada pelo Partido Popular Monárquico, para manifestar a nossa concordância com esta proposta, que tem, além de transpor para o Ordenamento Jurídico Regional aquilo que se faz já na Assembleia da República, também a virtude de ser também um bom contributo na afirmação da nossa Autonomia, porque além das exigência legais que são feitas no continente português, na Assembleia da República, o PPM introduz outras informações que na sua perspetiva devem ser também consagradas nesta prestação de informação.

Portanto, desse ponto de vista, este diploma tem também essa virtude.

Sei também, tendo em conta aquilo que consta do relatório da Comissão, que existiriam alguns alertas e algumas preocupações sobre a exequibilidade e a capacidade de responder atempadamente às informações pedidas, tal como constavam na proposta inicial e o Partido Popular Monárquico acedeu a fazer algumas propostas de alteração que garantissem isso, e, portanto, na nossa perspetiva, na perspetiva do Governo, este diploma tem essa virtude de afirmar também a nossa Autonomia, porque exige mais do que aquilo que é exigido na Assembleia da República, e tem também a virtude de reforçar a transparência da ação governativa e de reforçar a prestação de contas do Governo ao Parlamento dos Açores, também num importante e bom contributo para a qualificação da nossa Democracia, prestando anualmente informação ao Parlamento sobre aquele que é o património imóvel da Região, para que é que

esse património é utilizado, as rendas que são pagas no âmbito dessa utilização e dessa forma poderá ser escrutinado pelas Sras. e Srs. Deputados a evolução dessa realidade.

Portanto, o Governo manifesta total concordância com esta proposta e com o contributo que dá para o reforço da transparência da ação governativa na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Esta iniciativa vem estabelecer um conjunto de pontos que permitirão a todos nós, designadamente a esta Assembleia, ter um conhecimento mais pormenorizado de toda a gestão do património imóvel que está ao serviço da Região e, sobretudo, o princípio da transparência que permite uma apreciação muito mais objetiva e racional dos atos das entidades públicas.

Está intimamente ligada aos princípios da igualdade, da justiça, da boa-fé e da persecução do interesse público e da participação dos interessados.

Não obstante a transparência não se concretizar somente no princípio da publicidade, ainda que esta contribua significativamente para ela se poder realizar, daquele decorre inegavelmente a necessidade de serem adotados expedientes de publicidade nos procedimentos atinentes à gestão do património imobiliário público.

Tendo em vista a sua proteção perante cada imóvel, deverão ser adotadas as medidas que se afigurem mais adequadas à sua gestão.

No fundo, o direito à informação e o princípio da participação são o corolário deste princípio a que corresponde um dever geral e procedimental de informação a cargo da gestão.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Caracteriza-se num verdadeiro dever de *fá cere* da administração.

Deputado José San-Bento (PS): Quem fala assim não é gago!

O Orador: Este é no fundo um princípio da legalidade institucional do qual derivam uma série de deveres, tais como o dever de respeito, de ponderação, de interesses, de informação, de cooperação e assistência, no cumprimento dos quais todas as entidades intervenientes na gestão patrimonial devem partilhar a informação indispensável nesta matéria, concretizando-se essa atuação numa informação recíproca na homogeneidade técnica e ação conjunta, bem como numa produção normativa coordenada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Ramalho tem a palavra.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

A legislação existente, em qualquer democracia, é algo que não deve estar estanque e como tal devemos estar sempre abertos ao seu debate e ao seu respetivo aperfeiçoamento. Os mecanismos jurídicos dispostos no regime jurídico instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio deverá ser alvo, das necessárias adaptações às novas realidades e desafios sempre que assim o for desejado.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entende que a alteração proposta pelo PPM, ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio, sobre o Regime Jurídico da Gestão dos Imóveis do Domínio

Privado da Região Autónoma dos Açores é positiva visto que a mesma pretende transpor para o ordenamento jurídico da Região Autónoma dos Açores aquilo que já se faz na República através do Decreto Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, onde determina, no seu artigo 115.º, que o Governo da República apresente à Assembleia um relatório sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos.

Na prática, com a aprovação, nesta Assembleia, desta iniciativa, o Governo Regional passará a fazer o mesmo na nossa Região.

Assim, e tendo em consideração que o aprofundamento da transparência na gestão dos bens públicos é algo que está no ADN do Partido Socialista,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e tendo em conta que este Grupo Parlamentar tem sido proativo na implementação de legislação que aprofunda a transparência na gestão da coisa pública, e considerando que esta iniciativa aumenta o reporte de informação, junto desta Assembleia Legislativa, do essencial dos atos praticados no âmbito da gestão de imóveis do domínio privado da Região Autónoma dos Açores, informo que iremos aprovar a presente iniciativa.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Para felicitar o Sr. Deputado Paulo Estêvão por esta iniciativa e pela resiliência e persistência nessa matéria, porque, como se sabe, a dificuldade que foi do Governo em responder e em querer tornar pública e acessível a informação, justificando com o injustificável, o atraso injustificável.

Finalmente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão consegue trazer com coragem aqui, a esta Casa, uma proposta para o Governo legislar, o que já existe no Governo da

República, como aqui foi dito, para o Governo Regional dos Açores fornecer a informação que devia fornecer, devia estar disponível e não está aqui.

Portanto, é uma proposta muito útil que vem trazer mais transparência, que vem trazer mais informação, para que torne a vida pública e os atos públicos mais transparentes, para que se saiba efetivamente todo o dinheiro público como é gasto, como, quando e com quem.

Portanto, parece-nos que esta proposta é muito útil para a vida pública e política dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, como não podia deixar de ser, votará favoravelmente esta iniciativa do PPM, porque entendemos que é um contributo valioso para aumentar o rigor...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Valiosíssimo, diria eu!

O Orador: ... e a transparência e dessa forma também possibilitar o maior escrutínio das opções tomadas pelo Governo, escrutínio esse que também é feito e sobretudo feito por esta Assembleia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas uma pequena precisão, porque eu suponho que o Sr. Deputado Artur Lima se estaria a referir a uma resposta do Governo a um requerimento quando o PPM pediu a listagem do património...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Precisamente!

O Orador: ... imóvel da Região e esse requerimento foi respondido perfeitamente dentro do prazo.

Naturalmente que é uma informação e é uma recolha de informação que leva o seu tempo, mas a resposta dada ao PPM ao requerimento n.º 10 foi dada perfeitamente dentro do prazo. Portanto, não houve nenhuma dificuldade ou necessária intensidade no reforço do pedido da informação à resposta do requerimento do PPM.

Era só esta precisão.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há dois requerimentos!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Para o Partido Comunista Português a Administração Pública e o processo administrativo deve ser transparente, claro e acessível a toda a população. Por isso nós vamos votar favoravelmente a iniciativa apresentada pelo PPM.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma concordância da câmara em relação a esta matéria.

Eu tenho como prática habitual não estragar a discussão. Quando vejo que vai ser aprovado, não faço mais nenhuma intervenção, mesmo que tenha muito tempo ainda.

Mas a questão é a seguinte: de facto, eu tenho que dar razão ao Sr. Deputado Artur Lima, porque em relação ao requerimento n.º 88, que este é que é referente aos contratos de arrendamento e este é que tem os valores referentes...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Também está respondido! Também está respondido!

O Orador: ... às rendas, este de facto foi respondido fora de prazo.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Fora do prazo!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito pouco!

O Orador: Muito fora de prazo.

Portanto, a referência realizada pelo Sr. Deputado Artur Lima é exata e está correta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

E para não estragarmos o debate vamos passar à votação deste diploma.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Este diploma é composto por três artigos. O primeiro que adita um artigo 10.º-A ao diploma original, e o 2.º e 3.º respetivamente a republicação e a entrada em vigor.

Entretanto entrou na Mesa e foi distribuído por todos uma proposta de alteração a este mesmo artigo, a este aditamento 10.º-A, e é por aí que vamos começar a votar.

Portanto, está à votação a proposta de alteração apresentada pelo proponente ao artigo 10.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 1.º deste Projeto de DLR, com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: E penso que posso colocar à votação em conjunto os artigos 2.º e 3.º do Projeto de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global o Projeto de DLR apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Uma declaração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É mais um diploma da oposição que o Partido Socialista vota a favor com a sua maioria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E nós votamos a favor de uma proposta de um partido da oposição nesta câmara, mais uma vez, porque ela introduz mais transparência,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... mais exigência e maior rigor à governação do PS,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... o que prova de forma absolutamente indesmentível que é falso o conjunto de críticas e de caricaturas que muitas são feitas de uma forma profundamente injusta, e por vezes ofensiva, à forma como o Governo procura ocultar, esconder ou controlar. Isso é totalmente falso e esta prova que aqui acabámos por ter deixa claríssimo que o PS e a maioria não têm problema nenhum em sermos mais escrutinados,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... mais fiscalizados e de prestar conta aos açorianos, como é nosso dever e nós nunca nos esquecemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Não esperava fazer esta intervenção. Pela força das circunstâncias aqui estou para explicar o meu sentido de voto.

Em primeiro lugar, votei favoravelmente porque a proposta é minha. Esta questão é sempre uma questão premente.

Segunda questão: algumas afirmações que foram produzidas agora fazem-me lembrar aquele adepto que perdeu por 7-1, mas considera que ganhou o jogo, porque o golo dele, o único que marcou, foi espetacular e foi um pontapé de bicicleta e os outros 7 ele esquece porque não lhe interessa.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é uma declaração de voto!

O Orador: Aí, eu considero que não é a aprovação de um diploma, em 50 ou 100, que altera o comportamento de um determinado partido, ou que define o comportamento de um determinado partido, para o conjunto da discussão legislativa.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor próprio admitiu na sua intervenção inicial!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: É evidente que cada caso é um caso, e neste caso (e eu não queria fazer esta referência inicialmente) evidentemente há aqui um trabalho de “sapa” que foi feito por parte do PPM.

Nós, sobre esta matéria, exercemos uma pressão política muito grande. Fizemos várias conferências de imprensa, vários requerimentos sobre esta matéria, e evidentemente o Governo aprova, porque está condicionado pela opinião pública e pela justiça desta matéria, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo: O PSD votou favoravelmente esta iniciativa de uma forma responsável e de uma forma consciente e consciente de que introduzir rigor e transparência na

Administração Pública é uma coisa natural e é um trabalho normal que se entende numa governação.

Deputado José San-Bento (PS): E naturalmente somos nós a liderar esses processos!

O Orador: Para o Partido Socialista é uma coisa extraordinária.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às cinco para as seis.

Eram 17 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 58 minutos.

Entramos agora no ponto oito da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 48/XI – “Resolve recomendar ao Governo Regional, na qualidade de único acionista do Grupo SATA, que dê orientações específicas à Azores Airlines, no sentido de impedir a concretização da decisão unilateral de acabar com a rota Terceira-Porto-Terceira, em outubro de 2017”.**

Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi requerido pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Rege esta matéria o artigo 146.º do nosso Regimento, sendo que cada grupo ou representação parlamentar pode intervir uma única vez por período não superior a 10 minutos.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional Adjunto:

Um primeiro registo é para notar a ausência da Sra. Secretária do Turismo e Transportes, que devia aqui estar presente e não está.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo está aqui, Sr. Deputado!

O Orador: Eu diria que mal chegou, cansou!

As suas responsabilidades para com esta Casa não estão a ser devidamente respeitadas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é verdade! O Governo está aqui!

O Orador: Esta urgência justifica-se, em primeiro lugar, (não desmerecendo V. Exa., com certeza)...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obrigado!

O Orador: ... pela garantia da mobilidade dos açorianos e dos terceirenses, em particular, neste caso.

Não pode ser interrompida e deve ser sempre continuada e sempre melhorada. Justifica-se porque no dia 12 de outubro, conforme é intenção, realiza-se o último voo, em princípio, Terceira/Porto, operado pela Azores Airlines e, portanto, esta Casa tem que tomar decisões antes dessa data.

Justifica-se também porque a 28 de outubro entra em vigor o inverno IATA e, portanto, justifica-se também que as coisas fiquem previstas a tempo e horas e não haja sobressaltos. Como se sabe, as reservas depois alteram-se. Há o mínimo de ameaça sobre essa matéria, ou o mínimo de incerteza sobre essa matéria.

Depois, fundamenta-se também em compromissos assumidos pelo Governo para com os terceirenses, há muito assumidos e ainda não cumpridos, nomeadamente relativamente ao PREIT onde se compromete reforçar a operação da Azores Airlines na Ilha Terceira e até hoje não cumprido.

E fundamenta-se também no novo Business Plan da SATA, do Grupo SATA e da Azores Airlines em reforçar o número de ligações da companhia.

Fundamenta-se também no facto de o Porto ser um HUB muito importante para a distribuição de turismo para a Ilha Terceira.

Fundamenta-se também numa outra coisa que é a SATA exercer continuamente a sua função de regulador de mercado do transporte aéreo.

Portanto, urgências não faltam. O tempo para tomar a decisão é agora, neste plenário, para que ela possa produzir efeitos a tempo, até porque também é muito simples o que proponho, é o cumprimento de uma resolução, e é isso que nós queremos, é cumprir a Resolução que foi aprovada nesta Casa e a urgência está justificada.

Quase não merecia mais do que a continuidade da SATA servir os interesses dos Açores em primeiro lugar, os interesses dos açorianos em primeiro lugar e garantir de forma contínua, com regularidade e pontualidade as acessibilidades dos Açores ao exterior e, neste caso, da Terceira ao Porto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com relação ao pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução agora apresentado, considera importante realizar um conjunto de diligências que consideravelmente serão responsáveis para perceber o porquê desta decisão, nomeadamente ouvir a responsável pela tutela dos transportes, bem como o representante da SATA.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não está em causa! Ela foi-se embora!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ela podia estar aqui e esclarecer!

A Oradora: Importa aferir alguns dados relevantes...

Deputado André Bradford (PS): Não querem ouvir a titular da pasta em comissão?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo está aqui!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Fundamento o que acabei de dizer, porque ainda existe e importa aferir alguns dados relevantes, por exemplo, com relação às taxas de ocupação, o número de passageiros que usufruem deste voo, entre outros.

Importa igualmente aferir se esta decisão será aplicada ou revogada no próximo verão IATA e igualmente importante para o efeito é perceber qual a estratégia política subjacente nesta decisão.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do CDS-PP que o Sr. Deputado Artur Lima há pouco apresentou, tem uma indiscutível urgência. Podem muitas vezes existir dúvidas sobre as urgências que aqui são apresentadas, mas esta é inatacável.

O primeiro fator é que a decisão tem que ser tomada neste plenário, porque não existe nenhum outro que se vá realizar antes da rota terminar.

Portanto, este primeiro ponto só por si, e pela lógica das coisas, explicaria a urgência. Evidentemente, do ponto vista racional, ninguém admite que não existe uma urgência numa situação deste tipo.

A urgência termina evidentemente a partir do momento em que a medida é aplicada e, portanto, se vai realizar a discussão quando a rota já foi destruída.

Portanto, em relação a este primeiro ponto parece-me inatacável.

A segunda questão que justifica a urgência tem a ver também com a sua substância. É uma questão de enorme relevância estratégica.

A manutenção desta rota permite manter uma comunicação e um fluxo de intercâmbio com um dos destinos que está a crescer mais no nosso país, que é o porto. E a verdade é esta: do ponto de vista estratégico, do ponto vista turístico, quem está a crescer mais do nosso país é a Região do Porto.

Manter uma ligação frequente com uma Região que está a beneficiar e a receber fluxos turísticos tão importantes é fundamental e é estratégico.

Portanto, se está explicada do ponto de vista do calendário, também está explicada pela importância da sua substância. Trata-se, se vier a ser aplicada e se este Projeto de Resolução não for aqui aprovado e esta urgência não for aqui aprovada, de facto, de também atacar os interesses e destruir parte dos interesses estratégicos da Região no que diz respeito às suas acessibilidades.

E o terceiro ponto porque considero que esta urgência se justifica tem a ver com algo que para mim também é fundamental do ponto de vista do funcionamento democrático, é que há um programa do Governo que foi aprovado neste Parlamento, e o programa do Governo está em vigor.

O programa do Governo dos Açores contempla e dá à SATA uma função muito específica que é a função de regulador. Ora bem, esta função de regulador, neste caso desta rota, é algo que lhe é retirada. O programa do Governo é contrariado na medida em que a SATA deixando de realizar esta rota o seu papel de regulador junto das entidades privadas que estão a realizar também esta rota noutros dias, nomeadamente a Ryanair, desaparece.

Nesse sentido, desprotege o interesse da Região e também das populações e dos passageiros, nomeadamente em relação ao previsível aumento dos preços dos bilhetes, por exemplo.

Portanto, são três fatores que explicam a urgência, são três fatores inatacáveis e considero que o Partido Socialista, se não aprovar esta urgência, de facto, toma uma decisão pouco lógica e que não vai ao encontro dos interesses da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Apenas para dizer que na opinião e na avaliação do Bloco de Esquerda, concordando com aquilo que já foi dito e com a avaliação que foi feita, quer pela apresentação pelo proponente, quer agora pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, aquilo que eu queria era reforçar uma situação que nós consideramos que é absolutamente *sui generis*.

O ponto 2 deste Projeto de Resolução e que pede urgência na sua avaliação diz assim: “que o Governo Regional dê cumprimento à Resolução n.º 29/2012/A, de 8 de outubro, no que toca à manutenção e reforço da operação da Azores Airlines na rota Terceira/Porto/Terceira.

Sras. e Srs. Deputados, pedir urgência no cumprimento de uma Resolução que foi aprovada nesta Casa já é por si uma situação *sui generis*,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: ... negar a urgência e remeter a análise para sede de comissão desta recomendação já não é *sui generis* é caricata, do nosso ponto de vista.

Portanto, obviamente que nós não podemos entender (já não se trata de aceitar, porque a maioria absoluta já disse que a urgência não seria aceite), o Bloco de Esquerda não compreende, nenhum tipo de justificação que atire para análise em sede de Comissão de uma recomendação que diz pura e simplesmente cumpra-se aquilo que foi aprovado nesta Casa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Primeiro para relembrar o Partido Socialista que este Partido, ou seja, o PSD, apresentou já nesta Assembleia um requerimento, no início do mês de julho, quando surgiram os primeiros remores...

Deputado André Bradford (PS): Isso é para a gente?

A Oradora: Sim! É para vocês, até porque aqui falar de taxas de ocupação.

Deputado Francisco César (PS): Para os senhores!

Deputado André Bradford (PS): Senhores Deputados!

A Oradora: Se nos tivessem respondido ao requerimento esta bancada já saberia as taxas de ocupação do referido voo e já era possível ter uma opinião mais concreta sobre a rota.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O requerimento está dentro do prazo, Sra. Deputada!

A Oradora: Mas se já tem as taxas por que é que não as faculta?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que tem que esgotar o prazo?

Deputado Paulo Parece (PSD): Este Governo está muito malandro!

A Oradora: Por que é que o Governo esconde as taxas?

Presidente: Por favor não entrem em diálogo!

A Oradora: Se já as tem, por que é que não as faculta?

Faculte as taxas se já as tem, até porque não está a inventar taxas agora, já tem conhecimento.

Presidente: Por favor, Sra. Deputada, não pode entrar em diálogo com as outras bancadas.

A Oradora: Portanto, continuamos à espera da resposta do Governo Regional, nomeadamente às taxas de ocupação desta rota e, até prova em contrário, poderíamos até mesmo admitir que a rota é rentável.

É lamentável esta decisão unilateral da SATA que andou a jogar às escondidas com os terceirenses e não assumiu, desde o princípio, a sua posição.

Numa fase inicial disse que o inverno IATA ainda não estava planificado, mas quatro dias depois veio finalmente dizer e assumir que a rota é para cancelar.

Finalmente dizer que o fim desta rota é mais uma medida, é mais um objetivo do PREIT,...

Deputado André Bradford (PS): E sobre o pedido de urgência? Será que a senhora vai dizer alguma coisa sobre a urgência?

Deputado Paulo Parece (PSD): A Sra. Presidente é que gere os trabalhos desta Casa!

A Oradora: ... o tal Plano milagroso, que infelizmente não é cumprido.

Portanto, é lamentável que o Partido Socialista tome essa posição e mais uma vez os terceirenses ficam sem uma rota que seria essencial para o crescimento económico da nossa ilha.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Os açorianos acabam de assistir hoje a uma dobradinha entre o Partido Socialista e a SATA, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e a SATA, ao chumbarem esta urgência do CDS.

A dobradinha é a seguinte:

Esta Casa é o primeiro órgão da Autonomia. Legisla!... Produz legislação que depois será cumprida e esta era uma orientação dada por esta Casa à SATA ou à Azores Airlines.

A SATA decide unilateralmente não respeitar uma decisão do Parlamento dos Açores e o Partido Socialista vem aqui validar essa decisão absolutamente ilegal por parte da SATA.

A SATA falta ao respeito ao Parlamento dos Açores ao não cumprir uma resolução que está em vigor e a SATA não cumpre, ou a Azores Airlines, como os senhores lhe queiram chamar, se ainda não lhe vão mudar de nome.

Depois, é lamentável que não queiram a tempo e horas impedir mais uma machadada no turismo da Terceira, nas acessibilidades dos terceirenses e dos açorianos ao exterior, quando em outras rotas ou em outras *gateways* até reforçaram o número de ligações ao Porto. É absolutamente lamentável esse protecionismo do Partido Socialista.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A Terceira não para de crescer!

O Orador: Esse protecionismo do Partido Socialista é absolutamente lamentável e lesivo dos interesses dos terceirenses e dos açorianos de uma maneira geral.

Deputado José San-Bento (PS): Mais um delírio do CDS, Sr. Deputado!

O Orador: E relativamente às taxas de ocupação, enfim, essas coisas, prevendo isso, o CDS já fez um requerimento. Não era necessário esgotar o tempo para o Sr. Secretário nos responder.

Termino, Sra. Presidente, reforçando a ideia de que há aqui uma dobradinha, uma intenção deliberada, do Partido Socialista em prejudicar as acessibilidades dos açorianos, e mais, em validar a decisão da SATA, a decisão da Azores Airlines de não voar para o Porto e de não cumprir uma decisão desta Casa.

O Partido Socialista dá uma machadada na Democracia dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

(Pausa)

Julgo não haver.

Sra. Deputada Mónica Rocha para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

As razões pelas quais levaram o Partido Socialista a votar contra a urgência prendem-se pelo facto de que o inverno IATA só termina para depois do próximo plenário e, portanto, importa-nos efetivamente explorar muito mais o conteúdo desta proposta e por fim e acima de tudo, e não hajam dúvidas, importa-nos aferir se as necessidades dos terceirenses estão a ser ou não colmatadas, se estão a ser ou não satisfeitas.

Acima de tudo é de confirmar que hoje, como ontem e amanhã o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em especial os Deputados da Terceira, votam em consciência,...

Deputado Paulo Parece (PSD): Que remédio!

A Oradora: ... querendo ver esta decisão debatida, discutida e devidamente esclarecida em sede de comissão, honrando os trabalhos parlamentares, bem como as expetativas depositadas em todos nós e pelos terceirenses.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cedência a interesses!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cedência a interesses privados!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que assistimos aqui foi a uma decisão política evidente nesta matéria.

O PPM defendeu, e por isso votámos favoravelmente esta urgência em referência a este Projeto de Resolução, porque nós consideramos que a SATA tem um papel regulador muito importante.

Nós consideramos que a SATA não deve abandonar esse papel.

Aliás, nós consideramos que o Programa do Governo nesta matéria se deve cumprir. A SATA deve ter um papel regulador.

A questão é a seguinte: é que não mantendo a SATA esse papel regulador, abandonando esta rota,...

Deputado André Bradford (PS): Isto não tem nada a ver com a urgência!

O Orador: Tem tudo a ver, porque isto justifica por que é que eu acho que é urgente.

É urgente, porque era o único momento em que se podia tomar, do ponto de vista prático, uma decisão, em tempo útil.

Deputado André Bradford (PS): Nunca respeita o Regimento!

O Orador: Uma decisão em tempo útil que impedisse meus senhores (e agora vão ouvir o que não querem ouvir), que favorecesse privados descaradamente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... retirando a SATA – e vou até nomear –, favorecendo a Ryanair, porque fica sozinha, porque a SATA abandona o seu papel regulador, e aqui a vossa decisão política favorece claramente (e termino, Sra. Presidente) esta entidade privada em detrimento dos interesses dos Açores, da população dos Açores e da Ilha Terceira.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Só para deixar registado que, o que nós acabámos de assistir não é uma declaração de voto, é um comício do PPM. É o terceiro comício do PPM esta tarde.

Eu percebo que o PPM só consiga fazer comícios aqui, porque se juntar os militantes todos dos Açores, dificilmente encontra 57.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isto também não é uma interpelação!

O Orador: Mas este plenário tem as suas regras e uma das regras é nas declarações de voto sobre a urgência de um diploma tenta-se, tanto quanto possível falar das razões que levaram a votar de uma determinada maneira sobre a urgência do diploma. E o que nós assistimos aqui foi a um puro comício, o terceiro de hoje, do PPM.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado André Bradford.

Fica registada a sua interpelação, apesar de que a Mesa permitiu que o Sr. Deputado pudesse fazer a sua declaração de voto.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero (considero, não, Sra. Presidente) que no âmbito das intervenções que são realizadas no âmbito da discussão de uma urgência os partidos têm que apresentar uma posição racional por que é que estão a fazer, e têm que explicar os fatores que explicam por que é que estamos a votar a favor desta urgência. E essa explicação racional foi feita por nós.

Esta última interpelação em que o PPM foi apelidado de um partido de miniatura,...

Deputado Francisco Coelho (PS): A expressão é feliz, Sr. Deputado!

O Orador: ... em que foi apelidado de ter feito aqui um comício, ainda por cima de forma injusta, Sra. Presidente, porque nós temos mais do que 57 militantes nos Açores, portanto, nem sequer é verdade esta afirmação...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu termino, Sra. Presidente.

Para dizer que mais uma vez não respondo a este tipo de provocações e da nossa parte há um trabalho sério...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado! É mesmo assim!

O Orador: ... e o que nós fazemos aqui é apresentar as nossas posições de forma livre e construtiva.

Evidentemente que este tipo de provocações não ajuda aos trabalhos parlamentares e não ajudam a democracia dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, fica registada a sua interpelação, mas da mesma forma que lhe permiti fazer a declaração de voto, também entendo que o Sr. Deputado André Bradford, cumprindo escrupulosamente o Regimento, também tem o direito de interpelar a Mesa quando entende que a Mesa não fez o que tinha que fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com certeza! Eu fico contente cada vez que o Sr. Deputado André Bradford fala do PPM!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima penso que também pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, para interpelar a Mesa e para perguntar-lhe se considera que a interpelação do Sr. Deputado Bradford foi uma interpelação, porque *mutatis mutandis*, o Sr. Deputado fez uma interpelação para considerar que a declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão não tinha sido uma declaração voto e faz uma interpelação que não é uma interpelação.

Portanto, eu queria perguntar à Sra. Presidente, se considera que a interpelação do Sr. Deputado Bradford foi uma interpelação (que fez ao Sr. Deputado Paulo Estêvão) e se a interpelação do Sr. Deputado Bradford não foi um *fait divers* relativamente à declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Queria perguntar à Mesa o que é que acha sobre essa matéria.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, penso que até já tinha respondido a opinião da Mesa logo a seguir à interpelação do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

E como estamos a terminar os trabalhos é natural que a Mesa também dê alguma latitude às intervenções das Sras. e dos Srs. Deputados, porque penso que não corremos o risco de nos atrasarmos mais por causa disso.

Estamos encerrámos neste ponto.

Vou passar a ler de imediato a **Proposta de Deliberação Final:**

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de setembro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Deliberação Final apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O nosso voto contra é por ter deixado de existir os debates de ilha, por ter deixado de haver as declarações políticas e por isso achamos que isto não dignifica em nada os trabalhos parlamentares.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Desejo-vos a todos uma boa tarde, um bom regresso a casa.

Eram 18 horas e 25 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Construção de um refeitório e fornecimento de refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira – n.º 51/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 09 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 10 – 06.

2 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Construção de uma Central Hidroelétrica na Ribeira Grande, Freguesia da Fajãzinha, no Concelho de Lajes das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 09 – 01

Referência: 54.04.09 – N.º 200/XI;

Assunto: [Situação da SATA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 09 – 01

Referência: 54.04.00 – N.º 251/XI;

Assunto: [Juntas Médicas nas Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 09 – 04

Referência: 54.04.08 – N.º 256/XI;

Assunto: [Medidas previstas no âmbito do auxílio e integração social dos sem-abrigo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 09 – 05

Referência: 54.07.00 – N.º 238/XI;

Assunto: [Indefinição na atribuição de apoios compromete atividades do Clube Naval da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 09 – 05

Referência: 54.03.07 – N.º 246/XI;

Assunto: [Grupo de Recrutamento 120 – Inglês – 1.º Ciclo do Ensino Básico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 09 – 05

Referência: 54.03.00 – N.º 264/XI;

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a transmitir que pretende reconduzir a nomeação de Cíntia Ricardo Reis Machado, na presidência do Conselho de Administração da Lotaçor - Serviços de Lotas dos Açores, SA.

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2017 – 09 – 04;

Assunto: Ofício a indicar os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP para as Comissões Permanentes

Proveniência: Artur Lima, O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 09 – 06;

Assunto: Ofício a indicar o Deputado Paulo Mendes para Comissão de Economia

Proveniência: Zuraida Soares, A Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2017 – 09 – 07;

Assunto: Ofício a indicar os Deputados António Viveiros, António Pedroso, Luís Garcia e Luís Rendeiro para a Comissão de Economia e Deputados António Viveiros e António Pedroso para a Subcomissão de Economia

Proveniência: Duarte Freitas, O Presidente Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2017 – 09 – 07.

4 - Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de setembro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 09 – 05;

Assunto: [Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Rui Miguel Oliveira Martins.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 09 – 04;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades da deputada Maria João Soares Carreiro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 09 – 04;

Assunto: [Projeto de Lei - Assegura às pessoas com deficiências visuais a faculdade de exercerem o direito de voto por via do sistema de “braille” - n.º 567/XIII/2.ª \(PAN\) – n.º 95/XI-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 09 – 04;

Assunto: [Projeto de Lei - Programas de gestão ambiental dos campos de golfe – n.º 588/XIII/2.ª \(PEV\) – n.º 104/XI-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 09 – 04;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 9/XI – “Estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 09 – 04;

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 6/XI – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2018”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 09 – 05;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de setembro](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 09 – 06;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de setembro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 09 – 05.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco